



## BALANÇO DE PORTUGAL NO G20

Relatório de participação de Portugal no G20 durante a Presidência brasileira do G20 de 1 de dezembro de 2023 a 31 de novembro de 2024



# PREFÁCIO

O presente relatório tem por objetivo apresentar o balanço abrangente da participação de Portugal no G20, um exercício inédito e de alcance estratégico para a nossa ação externa. Agradecemos, desde já, o empenho, dedicação e profissionalismo de todos os delegados nacionais, dos serviços da Administração Pública (AP) e equipas técnicas e políticas que, em conjunto, asseguraram uma presença ativa, coerente e construtiva. Foi graças a este esforço coletivo e *voluntas* assinalável da nossa AP, que a participação portuguesa no G20 foi muito reconhecida e bem-sucedida.

O convite da presidência brasileira a Portugal para o seu mandato no G20 reflete não apenas a proximidade histórica e cultural entre os dois países, mas também o reconhecimento do papel de Portugal como um ator confiável e construtor de pontes nos vários *fora* em que participa. A participação de Portugal foi encarada como uma oportunidade estratégica para reforçar a presença nas grandes discussões globais e promover prioridades nacionais em áreas como a sustentabilidade em todas as suas dimensões, a transição energética, a saúde, o combate à pobreza intergeracional e a inovação.

Para acompanhar o G20, foi indispensável criar, de forma célere, uma estrutura flexível que garantisse uma presença ativa e coordenada. Este modelo, que começou desde logo na colaboração direta de vários funcionários de entidades públicas nacionais com a Unidade G20 do MNE, ao abrigo do princípio da cooperação entre os órgãos da Administração Pública, e a ligação estabelecida entre esta Unidade e as restantes entidades públicas, de todas as áreas governativas, bem como a estreita ligação à nossa rede de Embaixadas, Missões e Consulados, permitiu a Portugal estar presente em mais de 130 reuniões, incluindo 22 ao nível político, assegurando representação ativa em todos os encontros.

No plano substantivo, pautámo-nos por uma abordagem dialogante, procurando consensos que gerassem progressos negociais, sem prejuízo de defendermos ativamente os nossos interesses e princípios. Mantivemo-nos fiéis às nossas prioridades e posições, mesmo perante as dificuldades impostas pelas crises internacionais atuais. Desta forma, conseguimos demonstrar perante os parceiros G20, sejam eles Aliados ou do Sul Plural, que somos um parceiro seguro e com capacidade de intervenção técnica e política.

A ação portuguesa no G20 estendeu-se às mais variadas áreas. Desde o apoio à génese da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, onde destacámos, em particular, a importância de “quebrar ciclos intergeracionais de pobreza” inspirados no “Garantia para a Infância” nacional, até à defesa da necessidade de reformar as instituições de governação internacionais, passando pelo reforço do comércio multilateral e a proteção dos oceanos, Portugal demonstrou um empenho transversal.

Apresentámos documentos estratégicos (*non-papers*) a diversos parceiros, alguns dos quais foram circulados no contexto G20 e todos permitiram uma aproximação e uma consolidação das nossas posições; partilhámos experiências nacionais, tais como as políticas de proteção dos oceanos, a digitalização do ensino, as abordagens na área da saúde digital, a promoção do turismo sustentável, a proteção do património cultural, a investigação em novas formas de produção alimentar e o desenvolvimento da bioeconomia através de modelos de cooperação cruzada Norte-Sul-Sul, bem como a agenda da igualdade de género no mercado de trabalho e a segurança alimentar.

Na fileira financeira, Portugal teve uma postura interventiva. Destacámo-nos na partilha de práticas como a orçamentação verde, a revisão da despesa pública e a mobilização de recursos privados como essenciais para criar espaço orçamental, alavancar o investimento público e assegurar sustentabilidade das finanças públicas. Também nos destacámos no apoio à necessidade de manter os processos associados à governação das Instituições Financeiras Internacionais nos respetivos órgãos de decisão, tendo saudado a maior representatividade dos países em desenvolvimento nas Instituições Financeiras Internacionais, e, em particular, no Diretório Executivo do FMI. Também nos destacámos na partilha da experiência de instrumentos de conversão de dívida por investimento climático e na apresentação de exemplos de infraestruturas transfronteiriças, como o primeiro-cabo de fibra ótica submarino entre o Brasil e Portugal. Defendemos ainda políticas monetárias e orçamentais promotoras da estabilidade de preços e do crescimento garantindo a sustentabilidade das finanças públicas, e a transição verde, enfatizando o papel dos Bancos Centrais na estabilidade financeira. Portugal também contribuiu ativamente para a negociação do roteiro *"Better, Bigger and More Effective MDBs"*. No âmbito da tributação internacional, apoiámos a criação de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas em matéria tributária para promover a transparência e a justiça fiscal, compatível com os instrumentos já existentes, mas que ajude a reforçar a equidade tributária.

No sentido de apoiar ativamente a Presidência brasileira, esforçámo-nos por identificar pontos de consenso, mesmo nas matérias mais sensíveis, servindo de ponte entre diferentes sensibilidades. Este espírito colaborativo e a qualidade das nossas contribuições foi reconhecido pela Presidência e restantes participantes. Este trabalho assegurou-nos um lugar no *Board of Champions* da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a continuação da nossa associação ao G20 através do convite para participar nos Grupos de Trabalho de Agricultura, Anticorrupção, Desenvolvimento, Educação, a *Task Force* sobre Segurança Alimentar e a Iniciativa sobre Bioeconomia durante a presidência sul-africana.

A nossa participação não se esgotou na vertente institucional. Portugal esteve presente em múltiplas iniciativas do chamado "G20 social" – Y20 (jovens), O20 (oceanos), P20 (parlamentos), J20 (tribunais constitucionais e supremos), SAI20 (tribunais de contas) e Sprints 2030 (uma iniciativa no âmbito da Aliança Global para impulsionar ações na luta contra a fome e a pobreza), realçando o interesse em participar de forma integrada e abrangente, reforçando a imagem de um país comprometido com a cooperação internacional, o multilateralismo e a democracia.

O trabalho conjunto das equipas nacionais foi verdadeiramente sincronizado e coordenado, com capacidade de intervenção nas áreas específicas, mas devidamente balizado pelos nossos objetivos mais latos, e, foi determinante para o sucesso desta participação. A todos os que contribuíram para esta jornada, o nosso sincero agradecimento. Este percurso foi mais do que uma estreia, com base neste esforço partilhado Portugal reforçou o seu estatuto de ator global fiável, interventivo, coerente e inovador, ou seja: preparado para enfrentar os desafios presentes e futuros e ajudar ativamente a enfrentá-los.

**Helena Malcata**  
**Sherpa G20**

## FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Balanço de Portugal no G20

Data: 1 de março de 2025

Supervisão: João Bezerra da Silva

Coordenação: Margarida Brandão Matias





**É o evento mais importante em que nós  
estamos metidos. É mais importante,  
do ponto de vista político, do que uma  
Copa do Mundo.**

**Presidente Lula da Silva**  
novembro de 2023



<b>AIIB</b>	Asian Infrastructure Investment Bank	<b>BMD</b>	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
<b>AMA</b>	Agência para a Modernização Administrativa	<b>CAF</b>	Banco de Desarrollo de América Latina y El Caribe
<b>ANI</b>	Agência Nacional de Inovação	<b>CCS</b>	Carbon Capture and Storage
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	<b>CICL</b>	Camões- Instituto da Cooperação e da Língua
<b>ATACH</b>	Alliance for Transformative Action on Climate and Health	<b>CIG</b>	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
<b>ATD</b>	Autoridade Tributária e Aduaneira	<b>COP 30</b>	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025
<b>BBNJ</b>	Tratado do Alto Mar	<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>BEPS</b>	Base Erosion and Profit Shifting	<b>DGAE</b>	Direção-Geral das Atividades Económicas
<b>BERD</b>	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento	<b>DGES</b>	Direção-Geral de Ensino Superior
<b>BdP</b>	Banco de Portugal	<b>DGPE</b>	Direção-Geral de Política Externa
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento	<b>DGPJ</b>	Direção-Geral da Política de Justiça
<b>BM</b>	Banco Mundial	<b>DSE</b>	Direito de Saque Especial

<b>EDS</b>	Educação para o Desenvolvimento Sustentável	<b>GPP</b>	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
<b>EMDEs</b>	Emerging Markets and Developing Economies	<b>GSEAF</b>	Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
<b>FCT</b>	Fundação para a Ciência e Tecnologia	<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>FfD4</b>	Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento	<b>IA</b>	Inteligência Artificial
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional	<b>IDA21</b>	Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial
<b>GAAHP</b>	Global Alliance against Hunger and Poverty	<b>IEA</b>	International Energy Agency
<b>GBIF</b>	Global Biodiversity Information Facility	<b>INIAV</b>	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
<b>GEPAC</b>	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais	<b>IFI</b>	Instituições Financeiras Internacionais
<b>GIF</b>	Global Infrastructure Facility	<b>ISSA</b>	Internacional Social Security Association
<b>GIH</b>	Global Innovation Hub	<b>MACS</b>	Meetings of Agricultural Chief Scientists
<b>GMJ</b>	Gabinete da Ministra da Justiça	<b>MAEn</b>	Ministério do Ambiente e Energia
<b>GPEARI</b>	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais Ministério das Finanças	<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>GPFI</b>	Global Partnership for Financial Inclusion	<b>MC</b>	Ministério da Cultura
<b>MECI</b>	Ministério da Educação, Ciência e Inovação	<b>NPS</b>	New Psychoactive Substances

<b>MECON</b>	Ministério da Economia	<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>MF</b>	Ministério das Finanças	<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>MAGRIP</b>	Ministério da Agricultura e Pescas	<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça	<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>MJM</b>	Ministério da Juventude e Modernização	<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros	<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>MS</b>	Ministério da Saúde	<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>MSMEs</b>	Micro, Small and Medium Enterprises	<b>PCC</b>	Política Comercial Comum
<b>MTSSS</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>PMEs</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>NbS</b>	Nature-based Solutions	<b>PRGT</b>	Poverty Reduction and Growth Trust
<b>NDC</b>	Nationally Determined Contributions	<b>SG/MAEn</b>	Secretaria Geral da Ministério do Ambiente e Energia

<b>SNS</b>	Serviço Nacional de Saúde	<b>UE</b>	União Europeia
<b>SGMS</b>	Secretaria Geral do Ministério da Saúde	<b>UNCAC</b>	Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção
<b>SGA</b>	Secretaria Geral do Ambiente	<b>UNCTAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
<b>SIDS</b>	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>SEM</b>	Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais	<b>UNFCCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
<b>TPI</b>	Tribunal Penal Internacional	<b>UNIDROIT</b>	Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado
<b>TrC</b>	Trilateral Cooperation (cooperação triangular)	<b>UNWTO</b>	Organização Mundial do Turismo

## 1. Enquadramento sobre o G20

## 2. Participação nacional

## 3. Grupos de Trabalho

### 3.1 Fileira *Sherpa*

- 3.1.1 Agricultura
- 3.1.2 Ambiente e Sustentabilidade Climática
- 3.1.3 Anticorrupção
- 3.1.4 Comércio e Investimentos
- 3.1.5 Cultura
- 3.1.6 Desenvolvimento
- 3.1.7 Economia Digital
- 3.1.8 Educação
- 3.1.9 Empoderamento de Mulheres
- 3.1.10 Pesquisa e Inovação
- 3.1.11 Redução do Risco de Catástrofes
- 3.1.12 Saúde
- 3.1.13 Trabalho
- 3.1.14 Transições Energéticas
- 3.1.15 Turismo

### 3.2 Fileira Finanças

- 3.2.1 Arquitetura Financeira Internacional
- 3.2.2 Economia Global
- 3.2.3 Finanças Sustentáveis
- 3.2.4 Inclusão Financeira
- 3.2.5 Infraestruturas
- 3.2.6 Tributação Internacional

### 3.3 *Task-Forces*

- 3.3.1 Aliança Global contra a Fome e a Pobreza
- 3.3.2 Mobilização Global contra as Alterações Climáticas
- 3.3.3 Saúde e Finanças

### 3.4 Iniciativa sobre a Bioeconomia

## 4. Ministerial de Finanças

## 5. Ministerial de Negócios Estrangeiros

## 6. Cimeira de Líderes

## 7. Non-papers

## 8. Conclusão





## ENQUADRAMENTO



## 1. Enquadramento sobre o G20


O Grupo dos Vinte (G20) foi formalmente criado a 25 de setembro de 1999, durante uma reunião dos ministros das finanças do G7. O seu objetivo era estabelecer um mecanismo informal no âmbito do sistema institucional de Bretton Woods como resposta à necessidade de maior diálogo internacional após as crises económicas da década de 1990. Atualmente é um dos principais fóruns sobre cooperação económica e desenvolvimento internacional. Desde que foi estabelecido em 1999, inclui, desde 2008, uma Cimeira anual, com a participação dos respetivos Chefes de Estado e de Governo.

Os membros do G20 – EUA, China, Alemanha, Rússia, Reino Unido, França, Japão, Itália, Índia, Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e, ainda, a União Europeia e a União Africana – representam as maiores economias do mundo, com um critério de algum equilíbrio geográfico na composição, constituindo cerca de 85% do PIB mundial, mais de 75% do comércio mundial e cerca de 2/3 da população mundial. Refletem também visões da sociedade e do mundo diferentes – por vezes antagónicas – o que reforça a importância das abordagens multilaterais, não só para garantir o crescimento económico, mas também para gerir e enfrentar problemas globais, desde os impactos das alterações climáticas às questões geopolíticas.

Uma das prerrogativas implícitas de cada Presidência é a possibilidade de convidar países para participarem nos trabalhos do G20, ou em regime equiparado a membros efetivos em que participam em todas as reuniões das fileiras sherpa e finanças (Espanha é convidado permanente e Singapura sistemático), ou em apenas uma fileira (tem sido o caso da Suíça na fileira finanças) ou em alguns grupos de trabalho. Para a sua presidência, o Brasil convidou 8 países que refletem um equilíbrio entre tradições diplomáticas e a orientação da sua política externa que denota o interesse em fortalecer laços com África e expandir a sua influência no Sul Plural: **Portugal (pela primeira vez)**, Angola, Egito, Nigéria, Noruega, Singapura, Espanha e Emirados Árabes Unidos.

### 1.1. Presidência brasileira do G20

A 1 de dezembro de 2023, o Brasil assumiu a presidência do G20 com um mandato de duração de um ano. Este momento foi encarado como uma oportunidade estratégica para consolidar a sua posição como ator global de destaque, combinando liderança política com capacidade de promoção da cooperação entre o Norte e o Sul Global. Para o seu mandato, a Presidência brasileira adotou o lema **“Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”** com as seguintes prioridades: (i) inclusão social e combate à fome e à pobreza; (ii) transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável nas suas



dimensões económica, social e ambiental; e (iii) reforma das instituições de governação global.

Em relação à primeira prioridade, combate à fome e pobreza, o Brasil procurou destacar o sucesso das suas políticas públicas internas no contexto do G20 através da criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A **Aliança** visa formar uma parceria entre os vários países participantes com o objetivo de reunir recursos e conhecimento para implementar políticas eficazes na redução da fome e da pobreza, através de um mecanismo de escolha de “*policies*” por parte dos países recetores, com implementação apoiada pela Aliança, estabelecendo sinergias, e evitando duplicações, com os esforços bilaterais e multilaterais já existentes. **Foi, talvez, a grande prioridade da Presidência brasileira** e constituiu o principal resultado da mesma.

Relativamente às transições energéticas e ao desenvolvimento sustentável, o Brasil promoveu a criação de uma Task Force inovadora para integrar as fileiras sherpa e finanças, reunindo peritos em ação climática e financeira. Contudo, divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento dificultaram o alcance de compromissos significativos. Apesar disso, o tema foi debatido transversalmente em vários grupos de trabalho, com o objetivo de manter a relevância da Agenda ambiental no contexto da COP30, a realizar-se no Brasil (Amazónia) em 2025.

O impulso da reforma das instituições de governação globais foi outra prioridade da presidência brasileira. O Brasil defendeu, entre outras medidas, a reforma do CSNU para torná-lo mais representativo, o fortalecimento do sistema financeiro internacional e a modernização da OMC. Estas propostas foram formalizadas no documento “***Call to Action on Global Governance Reform***”, endossado por Portugal durante a 2ª reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros em Nova Iorque, em setembro de 2024.

O Brasil também liderou esforços para rever o quadro de sustentabilidade da dívida de países em desenvolvimento, propondo mecanismos inovadores de redirecionamento de dívida para projetos de infraestruturas. Além disso, destacou-se com a proposta de um limiar global mínimo de tributação de 2% sobre os chamados “*ultra-high-net-worth-individuals*”, gerando um debate amplo entre os membros do G20. A proposta culminou na adoção de uma declaração ministerial sobre cooperação tributária internacional, remetendo para futuras discussões em diversos *fora* multilaterais.

## 1.2. Fluxos de trabalho

Os fluxos de trabalho G20, desenvolvidos em torno das fileiras Sherpa e Finanças, foram organizados nos seguintes moldes:

### Sherpas

#### 15 grupos de trabalho

- Agricultura
- Ambiente e Sustentabilidade Climática
- Anticorrupção
- Comércio e Investimentos
- Cultura
- Desenvolvimento
- Economia Digital
- Educação
- Empoderamento de Mulheres
- Pesquisa e Inovação
- Redução do Risco de Catástrofes
- Saúde
- Trabalho
- Transições Energéticas
- Turismo

#### 2 Task Forces

- Aliança Global contra a Fome e a Pobreza
- Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas

#### 1 Iniciativa

- Bioeconomia

### Finanças

#### 7 grupos de trabalho

- Arquitetura Financeira Internacional
- Economia Global
- Finanças Sustentáveis
- Inclusão Financeira
- Infraestruturas
- Tributação Internacional

#### 1 Task Force

- Finanças e saúde





## PARTICIPAÇÃO NACIONAL




## 2. Participação nacional

Para garantir uma participação ativa e eficiente, foi criada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, respondendo ao Diretor Geral de Política Externa (DGPE) e Sherpa português para o G20, a Unidade Multidisciplinar G20, uma estrutura flexível com a missão de coordenar e dar coerência à participação nacional nos múltiplos fluxos de trabalho do G20. A tutela desta unidade coube primeiramente ao DGPE e Sherpa, Embaixador Rui Vinhas e, posteriormente, à Embaixadora Helena Malcata que lhe sucedeu como DGPE e Sherpa, com o apoio do Chefe da Unidade G20 e *Sous Sherpa*, João Bezerra da Silva.

A Unidade Multidisciplinar G20 contou com o apoio permanente de uma diplomata e a, tempo parcial, com outros funcionários de entidades públicas, provindos do Camões, IP, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Energia e da Autoridade Tributária e Aduaneira. Esta equipa assegurou a coordenação interministerial, bem como a articulação com a nossa rede diplomática, em particular a Embaixada em Brasília, também esta reforçada com um diplomata para acompanhar o G20.

Coordenando, em primeira linha, com o Ministério das Finanças, a Unidade G20 trabalhou também em conjunto com pontos focais especificamente nomeados para acompanhar o G20 das restantes áreas da AP e outras entidades públicas. Seja num formato de atribuição de liderança em cada grupo a uma ou duas entidades públicas, com pontos de contacto responsáveis definidos, seja numa abordagem mais ampla promovendo consultas interministeriais a todas as áreas, mesmo aquelas que não tendo diretamente um GT a seu cargo poderiam trazer valor-acrescentado aos trabalhos. Sem prejuízo de várias reuniões interministeriais (seja em formato alargado, seja limitadas aos “leads” das várias áreas do G20), é certo que este mecanismo colaborativo permitiu que Portugal participasse em mais de 130 reuniões incluindo 22 de nível político, assegurando representação contínua, comparável à de alguns membros permanentes e países convidados regulares, não apenas na presença, mas também nas intervenções pertinentes e construtivas. Note-se que a partilha sistemática de informação e da documentação de forma contínua entre todas as fileiras e fluxos de trabalho permitiu um espírito multiplicador da ação das entidades públicas nacionais que, apesar dos poucos recursos disponíveis, conseguiram sempre responder à altura do desafio.

A intervenção de Portugal no G20 foi orientada por prioridades nacionais alinhadas com a Agenda brasileira e complementada por temas onde Portugal possui experiência significativa. Entre as áreas prioritárias destacam-se o combate à pobreza intergeracional, a cooperação trilateral, a troca de dívida por investimento em ação climática, a gestão sustentável de água e saneamento, a



proteção dos oceanos, a implementação de políticas públicas de combate às drogas, o fomento de parcerias em bioeconomia e o reforço da justiça fiscal.

Estes temas foram aprofundados em non papers propostos a parceiros do G20, tendo culminando em três contributos principais: ***Breaking the Cycle of Intergenerational Poverty - ChildrenFirst*** (em colaboração com o México), ***Cooperação Trilateral*** (com a Turquia) e ***Debt for Climate Swap*** (com a União Africana), nos termos que serão desenvolvidos no capítulo 7.

O reconhecimento internacional do papel desempenhado por Portugal no G20 foi reforçado com o convite por parte da Presidência sul africana para integrar os Grupos de Trabalho Grupos de Trabalho de Agricultura, Anticorrupção, Desenvolvimento, Educação, a *Task Force* sobre Segurança Alimentar e a Iniciativa sobre Bioeconomia durante a presidência sul-africana. Este convite reflete a relevância do contributo português em iniciativas de impacto global e a capacidade do país para atuar como um parceiro ativo em temas prioritários para a Agenda 2030.



## GRUPOS DE TRABALHO (SHERPA)



## 3. Grupos de Trabalho

### 3.1 Fileira Sherpa

#### 3.1.1 Agricultura

Ministério	MAgrip
Representação técnica	GPP/MAgrip e INIAV
Representação política	Ministro da Agricultura e Pesca Secretário de Estado da Agricultura

**A Presidência brasileira do GT Agricultura propôs priorizar: a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares nas suas múltiplas dimensões; aumentar a contribuição do comércio internacional para a segurança alimentar e nutricional; aumentar o acesso aos mercados (locais, nacionais, regionais e globais) dos agricultores familiares, camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais; promover a integração sustentável das pescas e aquacultura nas cadeias de valor locais e globais.**

#### Agenda

- Sustentabilidade na agricultura e pescas.
- Segurança alimentar e nutricional.
- Acesso a mercados para pequenos agricultores.

#### Resultados

- ① Declaração Ministerial
- ② Documento sobre prioridades de investigação e inovação e de reforço da cooperação entre os países para reduzir a fome, salvaguardar a segurança alimentar e enfrentar as alterações climáticas, apresentado pelos *Agriculture Chief Scientists*.

### Contributos de Portugal

Portugal contribuiu para o debate dos temas em discussão, através de intervenções em todas as reuniões técnicas, e também promovendo contatos e reuniões bilaterais com o Brasil e outros países nas áreas da agricultura e pescas, dinamizando o fortalecimento de relações de cooperação com os países do G20.

### Eventos à margem

Participação na Reunião dos *Agriculture Chief Scientists* do G20 onde foram estabelecidas ligações bilaterais com vista a colaborações em diversas áreas da Agricultura.

### 3.1.2 Ambiente e Sustentabilidade Climática

Ministério	MAEN
Representação técnica	SGMAEN Embaixada de Portugal em Brasília
Representação política	Secretário de Estado da Energia

**Focou-se em reforçar a capacidade de adaptação aos fenómenos climáticos extremos, desenvolver instrumentos financeiros inovadores de pagamento por serviços de ecossistemas, melhorar a gestão e conservação dos oceanos, bem como promover a redução de resíduos e a transição para uma economia circular.**

#### Agenda

- Adaptação preventiva e de emergência a fenómenos climáticos extremos.
- Gestão e conservação dos oceanos.
- Pagamentos por serviços de ecossistemas.
- Resíduos e economia circular.

#### Resultados

- ① Princípios do G20 para avaliar riscos e vulnerabilidades climáticas e promover a adaptação.
- ② Mapeamentos para melhorar a gestão do espaço marítimo e promover áreas marinhas protegidas.
- ③ Conjunto de ferramentas para instrumentos de Pagamentos por Serviços de Ecossistemas.
- ④ Inventários de soluções técnicas e tecnológicas para redução de resíduos, economia circular e boas práticas.

#### Contributos de Portugal

Portugal procurou ativamente influenciar a linguagem em torno da vertente oceanos, nomeadamente a necessidade urgente de ratificar o Tratado do Alto Mar, tendo conseguido atingir o seu objetivo. Ademais, partilhou a experiência portuguesa no âmbito das matérias relevantes para este GT, em particular no combate ao desperdício alimentar, na gestão de resíduos e, ainda o Plano de Ação para a Economia Circular, com o objetivo de promover a cooperação e a difusão de melhores práticas neste fórum.

### Eventos à margem

Portugal foi ainda convidado pela presidência brasileira a apresentar a experiência nacional no âmbito das áreas marinhas protegidas, um exemplo de boas práticas que acabou por constar numa nota da presidência brasileira sobre o tema no âmbito das negociações da UNFCCC.

### 3.1.3 Anticorrupção

Ministério	MJ
Representação técnica	GMJ e DGPJ
Representação política	Ministra da Justiça

**Revelou-se uma formação muito ativa, sobretudo em matéria de *policy-making* e uma das principais instâncias de diálogo e coordenação internacional sobre questões anticorrupção. A sua ação foi importante, entre outros aspetos, na promoção de troca de experiências e de boas práticas e no desenvolvimento de princípios orientadores para as ações dos países da comunidade internacional nos seus esforços na prevenção e combate à corrupção.**

#### Agenda

- Promoção de mecanismos de integridade pública e empresarial.
- Recuperação de ativos em jurisdições estrangeiras.
- Ligação entre corrupção e sustentabilidade ambiental.
- Inclusão de perspetivas de género na luta contra a corrupção.

#### Resultados

- ① Declaração “Contribuir para um Mundo Justo e Sustentável através do Combate à Corrupção”.
- ② Princípios de Alto Nível do G20 sobre Integridade no Sector Privado.
- ③ Plano de Ação para 2025-2027.

#### Contributos de Portugal

Portugal destacou a importância da implementação efetiva da UNCAC e contribuiu com propostas de redação para os documentos finais, tendo sublinhado, em particular, a relevância da cooperação internacional, da educação cívica para a integridade e o reforço da confiança mútua entre Estados.

### 3.1.4 Comércio e Investimentos Internacionais

Ministério	MNE e MEcon
Representação técnica	MNE/DGAE/PCC e MEcon/DGAE
Representação política	Secretário de Estado da Economia

**Procurou reforçar o sistema comercial multilateral baseado em regras, em especial a reforma da OMC, no âmbito da prioridade global da Reforma da Governação Global, e incentivar a consideração de linhas orientadoras - não vinculativas, nem exaustivas - para a conceção e implementação de medidas relacionadas com o comércio e desenvolvimento sustentável, bem como para contribuir para o debate sobre desenvolvimento sustentável nos acordos internacionais de investimento e ainda consolidar um conjunto de boas práticas para fomentar o acesso das mulheres ao comércio internacional.**

#### Agenda

- Reforço do sistema multilateral de comércio, em especial a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Comércio e desenvolvimento sustentável.
- Desenvolvimento sustentável nos acordos internacionais de investimento.
- Participação das mulheres no comércio internacional.

#### Resultados

- ① Acordo sobre princípios gerais de comércio e sustentabilidade.
- ② Associação do G20 ao Relatório da OCDE/UNCTAD relativo a disposições sobre desenvolvimento sustentável nos Acordos Internacionais de Investimento.
- ③ Compêndio de boas práticas para promover o acesso das mulheres ao comércio internacional.

#### Contributos de Portugal

Portugal apoiou a reforma da OMC e partilhou experiências sobre comércio inclusivo e políticas de equidade de género, onde foi particularmente ativo, com o compêndio de boas práticas a refletir medidas nacionais. Contribuiu, igualmente, para o entendimento comum sobre o conjunto de princípios comércio e desenvolvimento sustentável orientadores de medidas nesta área e base para o futuro trabalho do G20. No debate sobre desenvolvimento sustentável nos acordos internacionais de investimento, deu conta da sua experiência na negociação de disposições de desenvolvimento sustentável nos acordos de investimento com países terceiros (BIT), nas negociações no quadro da UE e,

na OMC. Portugal reconheceu ainda que o relatório OCDE/UNCTAD constituía um repositório de referência nesta área.

### 3.1.5 Cultura

Ministério	MC
Representação técnica	GEPAC
Representação política	Secretária de Estado da Cultura

**Promoveu a proteção do património cultural, a valorização das indústrias culturais e criativas, e a inclusão da cultura em estratégias de desenvolvimento sustentável.**

#### Agenda

- Diversidade cultural e inclusão social.
- Impacto económico e social da cultura e da economia criativa.
- Cultura, ambiente digital, direitos de Autor e condições de vida e trabalho de artistas e criadores.
- Contributos da Cultura para o desenvolvimento sustentável e mitigação dos efeitos das alterações climáticas.
- Preservação, salvaguarda e promoção do património cultural e da memória, incluindo combate ao tráfico ilícito de bens culturais e a outros crimes contra património cultural.

#### Resultados

- ① Declaração de Salvador da Baía: inclusão de convenções internacionais e de referências ao impacto social das políticas culturais.
- ② Condenação da destruição de património cultural em conflitos armados.
- ③ Seminários sobre economia criativa e desenvolvimento sustentável, Inteligência Artificial e direitos de autor, papel da cultura e do património cultural no combate às alterações climáticas, com participação ativa de Portugal.

#### Contributos de Portugal

As propostas apresentadas por Portugal para integrarem a Declaração final foram todas aprovadas, designadamente a inscrição da Convenção UNIDROIT entre os instrumentos de proteção de património cultural, o apelo à ratificação da Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, a inscrição da necessidade de dispor de indicadores

comparáveis internacionalmente não só sobre o impacto das indústrias culturais e criativas a nível económico, mas igualmente avaliando o seu impacto social.

### Eventos à margem

Portugal foi ainda convidado a participar ativamente no **Seminário Políticas para as Artes**, apresentando a experiência do Plano Nacional das Artes, e ainda no **Seminário Internacional Políticas Públicas para a Economia Criativa**, organizados pela Organização de Estados Iberoamericanos em conexão com o G20 tendo apresentado a experiência nacional no painel “Indicadores e gestão da informação como ferramenta para a transformação nas políticas culturais”.

### 3.1.6 Desenvolvimento

Ministério	MNE
Representação técnica	MNE/CICL e Unidade G20
Representação política	Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

**Este GT constituiu um dos pilares fundamentais do G20, procurando assegurar o alinhamento das discussões económicas e financeiras globais com a prossecução dos ODS. Neste contexto, o GT trabalhou na elaboração de políticas capazes de responder aos desafios das economias em desenvolvimento, tais como a redução das desigualdades e o fomento de parcerias multilaterais. Focou-se ainda em temas como o combate à fome e à pobreza, a capacitação de países vulneráveis, e o reforço da cooperação internacional para enfrentar os impactos das alterações climáticas.**

#### Agenda

- Desenvolvimento das bases da criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
- Combate às causas profundas das desigualdades.
- Fortalecimento dos sistemas de água e saneamento.
- Construção de parcerias sustentáveis, com destaque para a Cooperação Trilateral/Triangular.

#### Resultados

- ① Adoção de uma Declaração Ministerial sobre Redução de Desigualdades: "*G20 Ministerial Declaration for Reducing Inequalities*".
- ② Adoção de um documento que apela ao fortalecimento no fornecimento de serviços de água e saneamento em países em desenvolvimento: "*G20 Call to Action on Strengthening Drinking-Water, Sanitation, and Hygiene (WASH) Services*".
- ③ Apresentação de um non-paper de iniciativa nacional sobre Cooperação Trilateral (coassinado pela Turquia). Este non-paper também serviu para influenciar o "*Policy Brief on Trilateral Cooperation*" avançado pela Presidência, onde é proposto um mecanismo de partilha de

conhecimento e troca de experiências entre os membros do G20 (Trilateral Cooperation Co-lab).

- ④ Formalização de compromissos para fortalecer a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
- ⑤ **“2024 G20 Rio Update”**: relatório liderado pelo GT Desenvolvimento, que inclui uma atualização sobre o plano de ação coletiva do G20 para a Agenda 2030, detalhando os progressos realizados nas várias áreas do G20.

### Contributos de Portugal

Portugal demonstrou uma postura equilibrada no DWG, servindo frequentemente de ponte entre países *likeminded* e atores relevantes do Sul Plural. De referir que as propostas de texto nacionais constaram nas versões finais dos textos sobre desigualdades e água e saneamento. Por outro lado, o non-paper on Trilateral Cooperation, de autoria de PT, foi bem recebido e resultou na realização da Reunião Técnica do G20 sobre Cooperação Triangular, que teve lugar em Lisboa, em outubro. Portugal destacou-se ainda em áreas como o combate à pobreza, o financiamento de ações climáticas, e a capacitação de comunidades locais. Contribuímos com propostas concretas para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, partilhando a nossa experiência em programas de apoio social e cooperação trilateral. Por fim, a delegação portuguesa procurou promover a Conferência FfD4, onde Portugal detém a copresidência do comité preparatório.

### 3.1.7 Economia Digital

Ministério	MJM
Representação técnica	AMA Embaixada de Portugal em Brasília
Representação política	Ministra da Juventude e Modernização

**Abordou os desafios e oportunidades da digitalização, promovendo a inclusão digital e a confiança na economia digital.**

#### Agenda

- Inclusão digital e conectividade universal.
- Infraestruturas digitais públicas confiáveis.
- Integridade da informação online.
- I.A. para desenvolvimento sustentável.

#### Resultados

- ① *Framework* para indicadores e métricas de conectividade universal.
- ② Princípios Gerais sobre a Governança da Identidade Digital.
- ③ Compêndio sobre acesso e troca de dados.
- ④ Relatório sobre integridade da informação digital.
- ⑤ Mapeamento do desenvolvimento, implementação e adoção de IA para serviços públicos entre os membros do G20.
- ⑥ *Toolkit* para avaliar a capacidade dos países desenvolverem, implementarem e utilizarem a IA de forma ética e responsável.

#### Contributos de Portugal

Portugal contribuiu ativamente, quer através da resposta a questionários circulados pela presidência brasileira, quer comentando as diferentes versões dos vários resultados e para a elaboração da Declaração Ministerial.

### Eventos à margem

Portugal foi convidado pela Presidência brasileira do G20 para participar, por via da ANACOM, num *webinar* sobre transformação digital e objetivos de desenvolvimento sustentável.

### 3.1.8 Educação

Ministério	MECI
Representação técnica	DGES
Representação política	Secretário de Estado Adjunto e da Educação

**Centrou-se na valorização dos profissionais da educação, digitalização educativa e conexão entre escolas e comunidades.**

#### Agenda

- Valorização e capacitação dos profissionais da educação.
- Partilha de recursos educativos digitais, com foco na educação para o desenvolvimento sustentável (EDS).
- Reforço da colaboração escola-comunidade para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

#### Resultados

- ① Relatório sobre boas práticas de valorização de professores: *Exemplos globais de programas de capacitação e formação contínua.*
- ② Plataforma internacional de recursos educativos digitais: *Acordo para partilha de materiais educativos sobre EDS, com destaque para ferramentas digitais inovadoras.*
- ③ Boas práticas em colaboração escola-comunidade: *Documento que compila iniciativas de integração comunitária, promovendo inclusão e sustentabilidade.*
- ④ Parágrafo na Declaração Ministerial do G20: *Reforço do compromisso global com a educação inclusiva, sustentável e transformadora, reconhecendo a importância de alinhar as políticas educativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

#### Contributos de Portugal

Portugal destacou-se pela partilha de experiências na digitalização da educação e na colaboração entre escolas e comunidades. Exemplos como o uso de plataformas digitais como a NAU, Moodle e ferramentas comerciais como o Microsoft Teams e Zoom foram apresentados como referências de práticas bem-sucedidas. Também se evidenciou a experiência em programas de mobilidade e intercâmbio com países de língua oficial portuguesa, bem como a adoção de políticas inclusivas que facilitam o reconhecimento de graus académicos e diplomas de docentes estrangeiros. No âmbito da relação escola-

comunidade, Portugal partilhou projetos que integram as escolas em iniciativas de desenvolvimento local, reforçando a sustentabilidade e a inclusão.

### 3.1.9 Empoderamento de Mulheres

Ministério	MJM
Representação técnica	CIG
Representação política	Ministra da Juventude e da Modernização

**Criado sob a presidência indiana, arrancou na presidência brasileira do G20. Procurou promover políticas para alcançar a igualdade de género, reforçando o papel económico e social das mulheres no mundo.**

#### Agenda

- Igualdade de oportunidades para mulheres no mercado de trabalho.
- Reconhecimento do trabalho de cuidados.
- Educação e empoderamento económico das mulheres.

#### Resultados

- ① Reafirmação total, na Declaração de Líderes, com a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e raparigas, designadamente encorajando o desenvolvimento liderado por mulheres e a promoção da sua participação e liderança plena, igual, efetiva e significativa em todos os setores e em todos os níveis da economia, essenciais para o crescimento do PIB global.
- ② Compromisso de reforço dos esforços para concretizar a implementação da **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim** (tendo em vista o seu 30º aniversário), incluindo os documentos resultantes das suas conferências de revisão.
- ③ Realização de dois seminários internacionais organizados pelo GT:
  - *Gender Mainstreaming e Empoderamento de Mulheres no G20.*
  - *O trabalho do cuidado e a sustentabilidade da vida e da economia.*

## Contributos de Portugal

Portugal destacou exemplos de boas práticas nacionais, como iniciativas de igualdade de género no mercado de trabalho, sistema de partilha de licenças parentais, programas de empoderamento feminino, pagamento de subsídio de desemprego a vítimas de violência doméstica que tem que abandonar os seus postos de trabalho por razões de segurança, **Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica**, e ainda a estratégia em curso para a elaboração de orçamentos com perspectiva de género. De referir que, Portugal teve um papel importante na tentativa de desbloqueamento de posições mais extremas procurando sempre a conciliação de posições que permitissem a obtenção de consensos.

### 3.1.10 Pesquisa e Inovação

Ministério	MECI/MEcon
Representação técnica	ANI e FCT Embaixada de Portugal em Brasília
Representação política	Embaixador de Portugal em Brasília

**Alinhado com o objetivo de reduzir desigualdades norte-sul e fortalecer a capacidade das economias do sul para responder autonomamente a desafios globais, centrou a sua atuação em assegurar investigação e inovação abertas e em promover uma cooperação internacional sólida.**

#### Agenda

- Definição de princípios de investigação e inovação abertas como ferramenta para reduzir assimetrias Norte-Sul.
- Apoio a iniciativas como o Belmont Forum (foco na Amazónia) e a Global Biodiversity Information Facility, GBIF (biodiversidade), promoção de políticas públicas para a sustentabilidade, através da plataforma go.spin (UNESCO) e partilha de conhecimento e tecnologias limpas via Agência Europeia de Energia, IEA (energias renováveis).
- Abordagem de conceitos-chave em Ciência Tecnologia & Inovação (ciência aberta, propriedade intelectual, inovação aberta).

#### Resultados

- ① Consolidação de propostas para concursos internacionais (*Belmont Forum*).
- ② Seminário global em Manaus que reuniu especialistas, cientistas e representantes de organizações internacionais para discutir questões cruciais sobre a preservação ambiental, inovação científica e cooperação internacional voltadas às florestas tropicais.
- ③ Promoção de plataformas globais de dados e políticas.

#### Contributos de Portugal

Declarou o alinhamento com os objetivos do G20, promoveu iniciativas nacionais com objetivos convergentes com os do Grupo de Trabalho, propôs medidas para financiar start-ups de captura de carbono; incentivar jovens inventores a submeter patentes; e

incluir tecnologias de reciclagem de baterias elétricas em fim de vida. Defendeu a inclusão da saúde mental nos temas de inovação em saúde. Manifestou interesse em participar no concurso Belmont Forum 2025 (Oceanos).

### 3.1.11 Redução do Risco de Catástrofes

Ministério	MAI
Representação técnica	ANEPC
Representação política	Secretário de Estado da Proteção Civil

**Focou-se em medidas de resiliência e mitigação de riscos de catástrofes, promovendo a cooperação internacional na preparação e resposta a emergências.**

#### Agenda

- Infraestruturas resilientes.
- Redução de riscos a nível comunitário (atenuar vulnerabilidades e reduzir desigualdades).
- Envolvimento das populações locais nas estratégias de resiliência.

#### Resultados

- ① Declaração consensual sobre redução do risco de catástrofes, com foco na atenuação de vulnerabilidades.
- ② Compêndios de boas práticas sobre resiliência comunitária, soluções baseadas na natureza e resiliência de infraestruturas.
- ③ Side-events sobre calor extremo, sistemas de alerta precoce e financiamento de atividades de redução do risco.

### Contributos de Portugal

Participação muito ativa nos trabalhos (foi o país convidado que apresentou maior intervenção), em particular no que respeita à discussão da Declaração Ministerial, tendo sido apresentadas diversas propostas de redação que foram negociadas com outras delegações e incorporadas no texto. Contribuiu para os guias de boas práticas publicados durante a Presidência brasileira, através da incorporação de casos de estudo nacionais.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Compendium of Community-Based Approaches for DRR: Programa "Aldeia Segura, Pessoa Segura", apresentado como boa prática de "Community-Led Disaster Risk Reduction Initiatives"; Compendium of Good Practices on Disaster Resilient Infrastructure: Requisitos para a resistência dos edifícios à passagem do fogo,*

### 3.1.12 Saúde

Ministério	MS
Representação técnica	SGMS
Representação política	Secretária de Estado da Gestão da Saúde

**Centrou-se em promover e reforçar sistemas de saúde resilientes e sustentáveis, alinhados com os ODS. As prioridades principais incluíram a equidade em saúde, a saúde digital, a interseção entre saúde e alterações climáticas, e a prevenção, preparação e resposta a pandemias. As discussões resultaram na elaboração de declarações ministeriais e na promoção da cooperação internacional para enfrentar desafios globais em saúde.**

#### Agenda

- Uma Só Saúde: Integração da saúde humana, animal e ambiental.
- Alterações Climáticas e Saúde: Impactos desproporcionais sobre as populações vulneráveis e a resistência antimicrobiana.
- Saúde Digital: Promoção da tele saúde e sistemas de dados interligados.
- Prevenção e Resposta a Pandemias: Criação da Coligação para Produção Local e Regional.

#### Resultados

- ① Declaração Ministerial do Rio de Janeiro: Reafirmação de sistemas de saúde sustentáveis e equitativos.
- ② Declaração Ministerial sobre Alterações Climáticas, Saúde e Equidade: Urgência de enfrentar os impactos climáticos e reforçar ações colaborativas.
- ③ Criação da Aliança para produção local e regional: facilitar o acesso a vacinas e tratamentos em países em desenvolvimento, com ênfase na cooperação técnica e transferência de tecnologia.

---

*apresentado como boa prática no âmbito "Strengthening Governance for Infrastructure Resilience", e Reforço da resiliência sísmica não-estrutural em escolas públicas, apresentado como boa prática no domínio "Building Infrastructure Resilience through Sector-Specific Interventions".*

### Contributos de Portugal

Apoio à Coligação para Produção Local e Regional, fortalecendo capacidades locais e equidade. Portugal anunciou a integração de Portugal na Aliança para Ação Transformadora sobre Clima e Saúde (ATACH) e no *Global Innovation Hub* (GIH). Comprometeu-se com a doação de 300 mil euros para o Fundo Pandémico. Sublinhou políticas inclusivas e alinhadas com a UE em matéria de alterações climáticas e saúde, exemplificando o processo de descarbonização do SNS.

### Eventos à margem

Portugal foi convidado para apresentar na qualidade de País Estudo de Caso, na reunião técnica de Brasília sobre Saúde Digital, onde enfatizou a experiência em telemedicina, sistemas de saúde digital e segurança de dados. Apresentou o Plano Nacional de Combate à Resistência aos Antimicrobianos no âmbito de Uma Só Saúde e foi convidado como *keynote speaker* na ministerial para exposição do tema.

### 3.1.13 Trabalho

Ministério	MTSSS, MNE
Representação técnica	GEP/MTSSS, Unidade G20 Embaixada em Brasília e Missão junto da ONU em Genebra
Representação política	Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

**Teve como prioridade desenvolver ações para criar empregos de qualidade e promover o trabalho decente visando garantir a inclusão social e eliminar a pobreza, tendo em vista uma transição justa face às transformações digitais e energéticas. Neste âmbito discutiu-se o cenário global do emprego, cada vez mais sob influência das mudanças tecnológicas, sendo também central o debate sobre igualdade de género e promoção da diversidade no mundo do trabalho.**

#### Agenda

- A criação de empregos de qualidade e a promoção do trabalho digno, como forma de garantir a inclusão social e de eliminar a pobreza.
- O imperativo de uma transição justa face às transformações digitais e energéticas.
- A utilização das tecnologias como forma de melhorar a qualidade de vida de todos.
- A equidade de género e a promoção da diversidade no mundo do trabalho.

#### Resultados

- ① Declaração Ministerial do Trabalho e Emprego do G20: adotada por consenso, a declaração sublinha a criação de empregos dignos, a igualdade de género e a transição justa como prioridades (pela primeira vez, desde 2021, os países do G20 chegam a um consenso sobre uma Declaração Ministerial sobre Trabalho e Emprego).
- ② Anexo sobre desigualdades no mercado de trabalho: O documento *"Prioridades Políticas do G20 para Reduzir as Desigualdades no Mundo do Trabalho"* inclui recomendações para diminuir as disparidades salariais de género, com propostas a serem apresentadas pela OIT e OCDE em 2025.

- ③ *G20 Approaches to Safety and Health at Work*: focado na proteção dos trabalhadores contra os impactos das alterações climáticas e na promoção de condições de trabalho seguras, com ênfase na gestão de riscos como o stress térmico.
- ④ Apoio à EPIC (Equal Pay International Coalition): a declaração apelou aos países para aderirem à iniciativa da OIT, ONU-Mulheres e OCDE, com novos compromissos de adesão por parte de Espanha, Chile e Turquia.
- ⑤ Portal de Proteção Social e Inclusão Social do G20: lançado em colaboração com a OIT e ISSA, o portal serve como um repositório de políticas públicas voltadas para inclusão social no trabalho.

### **Contributos de Portugal**

Portugal contribuiu para o debate com intervenções nas reuniões, bem como com contributos para os diferentes documentos discutidos ao longo das mesmas e, ainda, com a partilha de informações, nomeadamente através da resposta aos questionários que foram remetidos, e com os elementos escritos para as diferentes versões de vários documentos.

### 3.1.14 Transições Energéticas

Ministério	MAEn
Representação técnica	SG/MAEn
Representação política	Secretária de Estado da Energia

**Promoveu discussões sobre o financiamento sustentável das transições energéticas e sobre o seu impacto social, identificando obstáculos e soluções que acelerassem a sua adoção em diferentes contextos globais, designadamente em matéria de combustíveis inovadores e sustentáveis.**

#### Agenda

- Acelerar o financiamento da transição energética nos países em desenvolvimento.
- Assegurar uma dimensão social justa e inclusiva na transição energética.
- Abordar combustíveis sustentáveis e remover obstáculos à sua adoção.

#### Resultados

- ① Declaração Ministerial sobre Transições Energéticas Justas e Inclusivas.
- ② Princípios para acelerar o financiamento da transição e promover tecnologias limpas.
- ③ Recomendações sobre armazenamento de energia, energias renováveis, captura de carbono e energia nuclear.

#### Contributos de Portugal

Portugal alinhou-se com a posição de cautela relativamente à utilização de tecnologias CCS, o que resultou na remoção de linguagem sobre este tipo de tecnologias acabado na versão final da declaração ministerial, contendo apenas referências às diferentes abordagens para a redução de emissões. Defendeu que na declaração fosse ainda incluída uma referência à importância, nos países em desenvolvimento, de acrescentar valor à extração, promovendo a transformação e o desenvolvimento locais, sugestão essa que foi acolhida.

### 3.1.15 Turismo

Ministério	MEcon
Representação técnica	TdP e Embaixada em Brasília
Representação política	Secretário de Estado do Turismo

**Teve como objetivo promover o intercâmbio de boas práticas internacionais, com destaque para o turismo sustentável, a capacitação do setor e o desenvolvimento de estratégias que integrem sustentabilidade e inovação nas cadeias globais de valor.**

#### Agenda

- Promoção do turismo sustentável e das melhores práticas internacionais.
- Capacitação e formação técnica no setor do turismo.
- Identificação de desafios e oportunidades para o financiamento multilateral de projetos turísticos.
- Desenvolvimento de novos produtos turísticos que respeitem as comunidades locais e promovam a sustentabilidade.
- Partilha de boas práticas e reforço da cooperação internacional.

#### Resultados

- ① Relatório sobre ações no setor do turismo entre 2010-2023: Uma análise das iniciativas realizadas pelos países do G20 no turismo, destacando práticas bem-sucedidas.
- ② Apoio à implementação da ferramenta estatística-quadro da UNWTO: Medição da sustentabilidade do turismo com base em indicadores internacionais.
- ③ *G20 Tourism and SDGs Dashboard*: Relatório compilando as melhores práticas de turismo sustentável, agrupadas em cinco áreas prioritárias: Turismo Verde, Digitalização, Competências, Micro, Pequenas e Médias Empresas (MSMEs) e Gestão de Destinos.

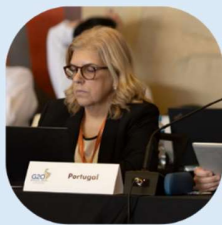
- ④ *Relatório sobre ações de formação e capacitação técnica no turismo (2010-2024)*: Base para o desenvolvimento de uma plataforma de formação no setor turístico, a ser financiada pelo Banco Mundial, UNWTO e outras parcerias.
- ⑤ Relatório sobre desafios de financiamento multilateral: Recomendações para aumentar o financiamento no setor do turismo, priorizando resiliência climática, desenvolvimento social, turismo cultural e infraestruturas partilhadas.
- ⑥ Declaração de Belém – Reunião de Ministros de Turismo do G20, 2024: aceite por unanimidade, (subscrito pelos membros efetivos e convidados do G20) reforça o papel do turismo como catalisador de desenvolvimento sustentável.

### Contributos de Portugal

Portugal contribuiu significativamente para os resultados do grupo, partilhando experiências e boas práticas em turismo sustentável, destacando iniciativas como a Estratégia Turismo 2027, o programa Empresas Turismo 360°, e projetos de ecoturismo e turismo cultural. Portugal defendeu a necessidade de reforçar a formação em sustentabilidade para os trabalhadores do setor, promovendo a Academia Digital de Turismo, que já alcança cerca de 1% da população portuguesa. Além disso, foi apresentado como exemplo de boas práticas de cooperação internacional o Memorando de Cooperação com a Colômbia e a CAF, focado na capacitação de comunidades locais em turismo sustentável.

### Eventos à margem

Portugal foi convidado como orador no evento conexo organizado pela Delegação da UE no Brasil, tendo realizado uma apresentação do “Programa 360°”.





## 3.2 Fileira Finanças

### 3.2.1 Arquitetura Financeira Internacional

Ministério	MF
Representação técnica	GPEARl e BdP
Representação política	N/A <sup>2</sup>

**O GT centrou-se na reforma das IFI, nas vulnerabilidades das dívidas soberanas e na resiliência dos fluxos de capitais. Procurou aumentar a capacidade de financiamento e impacto dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) e discutir o reforço da rede de segurança financeira global, para torná-la mais eficaz, representativa e resiliente. Também abordou os elevados níveis de dívida e os desafios associados, a integração transfronteiriça dos sistemas de pagamentos e a promoção de fluxos de capitais sustentáveis para economias emergentes e em desenvolvimento.**

#### Agenda

- Aumentar a capacidade de financiamento e impacto dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.
- Discutir o aumento da representatividade de género e dos países em desenvolvimento nos processos de decisão das IFI.
- Abordar a importância do FMI como centro da rede de segurança financeira global.
- Discutir a relevância da *Common Framework* para lidar com os elevados níveis de dívida de países em desenvolvimento, bem como das iniciativas de reconversão de dívida para apoio aos objetivos de desenvolvimento sustentável e das cláusulas de dívida relativas à resiliência climática.
- Mitigar vulnerabilidades relacionadas com a integração transfronteiriça de sistemas de pagamentos e promover fluxos de capitais resilientes.

#### Resultados

---

<sup>2</sup> Não ocorreu uma reunião a nível Ministerial específica para este GT. As matérias foram discutidas no contexto das reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20.

- ① Roteiro do G20 para o aumento da capacidade de financiamento e impacto dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: Documento com orientações estratégicas para tornar os BMD mais eficientes e inclusivos.
- ② Nota do G20 sobre a *Common Framework*: Lições aprendidas e recomendações para melhorar a sua eficácia.
- ③ Nota do G20 sobre a canalização de DSE: Análise dos progressos, das possibilidades e limitações deste mecanismo.
- ④ Notas da Presidência do G20 sobre cláusulas de dívida relativas à resiliência climática e iniciativas de reconversão de dívida: Propostas para apoiar os objetivos de desenvolvimento sustentável.
- ⑤ Nota da Presidência do G20 sobre a representatividade nas posições de topo das IFI: Compromisso com maior diversidade e inclusão nos processos de decisão.
- ⑥ Relatório da OCDE sobre resiliência de fluxos de capital: Avaliação dos riscos e promoção de fluxos de capital sustentáveis.
- ⑦ Nota da Presidência do G20 sobre as implicações macrofinanceiras da integração transfronteiriça de sistemas de pagamentos.

### Contributos de Portugal

Portugal teve uma participação ativa e construtiva neste grupo, assegurada pela coordenação entre o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal. Apoiou a implementação da 16.<sup>a</sup> Revisão Geral de Quotas do FMI destacando, no contexto da 17.<sup>a</sup> Revisão Geral de Quotas, que a atual fórmula funciona bem, e reconhecendo a necessidade de as decisões associadas a este processo se manterem nos órgãos de decisão do FMI. Saudou também a criação da 25.<sup>a</sup> cadeira no Diretório Executivo do FMI como um passo significativo para dar maior voz aos países em desenvolvimento. Além disso, defendeu a importância de assegurar a sustentabilidade do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGT, acrónimo em inglês) do FMI. Sobre o aumento da capacidade de financiamento e impacto dos BMD, apoiou a importância da continuação da implementação das recomendações relativas ao enquadramento da adequação dos fundos próprios e da mobilização adicional de recursos internos e privados. Sublinhou a importância dos trabalhos na área da interligação transfronteiriça de sistemas de pagamentos. Quanto à resposta aos elevados níveis de dívida, salientou as iniciativas de reconversão de dívida com Cabo Verde reconhecendo, ainda assim, as limitações associadas a este instrumento e a importância da implementação da *Common Framework* e da mobilização de capital privado e recursos internos para lidar com as vulnerabilidades da dívida.

### 3.2.2 Economia Global

Ministério	MF
Representação técnica	GPEARI e BdP
Representação política	N/A <sup>3</sup>

**O GT de Economia Global abordou as perspetivas económicas globais, os impactos da desigualdade e as medidas de política em resposta à desigualdade, os efeitos distributivos das alterações climáticas nas economias e as estratégias para aumentar o espaço orçamental. Este GT destacou-se pela análise integrada de desafios económicos, sociais e ambientais, reconhecendo a necessidade de políticas adaptadas às realidades assimétricas dos países.**

#### Agenda

- Avaliação das medidas de resposta à desigualdade.
- Avaliação da necessidade de desenvolver indicadores alternativos para medir os níveis de desigualdade.
- Análise dos impactos distributivos das alterações climáticas, com foco nos países mais vulneráveis e na formulação de políticas de resposta.
- Estratégias para mobilizar recursos internos, otimizar o investimento público e fomentar o investimento privado, assegurando a sustentabilidade financeira.

#### Resultados

- ① A nota do G20 sobre as medidas de política e recomendações para responder às pressões relativas à desigualdade.
- ② A nota do G20 sobre os impactos macroeconómicos e distributivos das alterações climáticas e das políticas de transição.

---

<sup>3</sup> Não ocorreu uma reunião a nível Ministerial específica para este GT. As matérias foram discutidas no contexto das reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20.

## Contributos de Portugal

Portugal teve uma participação ativa neste grupo, com o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal a desempenharem um papel central na definição de posições e contributos nacionais. Portugal destacou os riscos e incertezas para as perspetivas económicas decorrentes das tensões geopolíticas e reforçou a necessidade de políticas monetárias e orçamentais que assegurem estabilidade de preços, finanças públicas sustentáveis e que promovam o crescimento económico potencial e a transição verde. Sublinhou a importância de reformas estruturais e sistemas tributários progressivos para mitigar as desigualdades e partilhou exemplos de metodologias de avaliação, a nível nacional, dos impactos decorrentes de medidas de política sobre os níveis de desigualdade. Apontou o comércio internacional como promotor do crescimento económico, defendeu o papel dos Bancos Centrais na estabilidade de preços e na estabilidade financeira, e partilhou exemplos de políticas nacionais que mitigam os impactos macroeconómicos e distributivos das alterações climáticas. Realçou a importância de práticas como a orçamentação verde, a revisão da despesa pública e a mobilização de recursos privados como essenciais para criar espaço orçamental, alavancar o investimento público e assegurar sustentabilidade das finanças públicas.

### 3.2.3 Finanças Sustentáveis

Ministério	MF
Representação técnica	GPEARl e BdP

**O grupo de Finanças Sustentáveis centrou-se no financiamento sustentável/climático, fundos verticais, planos de transição, relatórios de sustentabilidade e investimentos em soluções baseadas na natureza (NbS, no acrónimo em inglês). Objetivou reforçar ecossistemas financeiros para apoiar transições justas e o cumprimento dos ODS.**

#### Agenda

- Rever o funcionamento de fundos verticais climáticos e ambientais, com recomendações para simplificar processos e garantir a canalização efetiva dos recursos.
- Definir princípios de alto nível para planos de transição de instituições financeiras e empresas, com foco na adaptabilidade a contextos nacionais e na transição justa.
- Emitir recomendações para superar desafios no reporte de sustentabilidade com ênfase em orientações adaptadas para PMEs e economias emergentes.
- Explorar instrumentos financeiros para fomentar investimentos em soluções baseadas na natureza (NbS).

#### Resultados

- ① Relatório de Finanças Sustentáveis do G20 2024.
- ② Revisão Independente dos Fundos Verticais Climáticos e Ambientais: ***“Acelerando as Finanças Sustentáveis para Economias Emergentes e em Desenvolvimento”***, com recomendações para fortalecer a canalização de fundos.

### ③ Caixa de Ferramentas sobre Financiamento de NbS.

#### Contributos de Portugal

Portugal teve uma participação ativa e construtiva neste grupo, destacando experiências nacionais e colaborando com a União Europeia nas posições apresentadas. Apoiou o papel dos Bancos Centrais na transição verde, tendo partilhado práticas do Banco de Portugal no domínio da sustentabilidade ambiental ancoradas nos seus mandatos; em linha com o BCE realçou a importância para o setor bancário do reporte de sustentabilidade das PME e acompanhou as posições da UE quanto à importância da regulação baseada no risco. Destacou diversificação de financiamento para países em desenvolvimento, incluindo *debt for climate swaps* com PALOP. Enfatizou instrumentos de apoio às PMEs em economias emergentes, alertando para riscos como sobre-endividamento e cibersegurança. A participação portuguesa refletiu uma abordagem equilibrada entre os desafios locais e globais, promovendo soluções que combinam inovação financeira, sustentabilidade e inclusão social.

### 3.2.4 Inclusão Financeira

Ministério	MF
Representação técnica	BdP

**A GPFI é responsável pela implementação do Plano de Ação para a Inclusão Financeira. As prioridades para 2024 foram a inclusão financeira digital, em que se discutiram os temas do acesso a serviços financeiros por parte de grupos vulneráveis que ainda se encontram excluídos (“*last mile access*”) e da qualidade da inclusão financeira, o financiamento de micro, pequenas e médias empresas (MSME) e a definição e medição do bem-estar financeiro. O tema do bem-estar financeiro foi a prioridade da presidência brasileira do G20.**

#### Agenda

- Identificar políticas públicas que promovam o acesso e a qualidade da inclusão financeira, com foco em infraestruturas tecnológicas e em medidas de proteção do consumidor e de literacia financeira.
- Definir um plano de ação para a melhoria do financiamento das MSME, incluindo infraestruturas financeiras e alternativas ao crédito bancário.
- Definir o conceito de bem-estar financeiro e identificar indicadores para a sua medição.

#### Resultados

- ① Nota de Orientação sobre acesso da Última Milha e Inclusão de Qualidade: recomendações sobre políticas e investimentos necessários para melhorar o acesso e a qualidade da inclusão financeira.
- ② Nota de Orientação sobre Financiamento a MSME: documento que detalha estratégias para reduzir o “*financing gap*” das MSME e melhorar o acesso a financiamentos alternativos.

- ③ Nota Política sobre Bem-Estar Financeiro: definição de bem-estar financeiro e estabelecimento das bases para a sua medição, com base na literatura e nas práticas internacionais.

### **Contributos de Portugal**

Portugal desempenhou um papel ativo nas discussões do grupo, com uma participação de destaque do Banco de Portugal. Destacou a importância de uma inclusão financeira com qualidade, para a qual são essenciais a existência e a aplicação de medidas adequadas de proteção do consumidor, bem como a promoção de iniciativas de educação financeira. Partilhou práticas nacionais de proteção do consumidor e de educação financeira, alertando para riscos de exclusão pela digitalização acelerada. Apoiou a definição de bem-estar financeiro, focada na situação atual do consumidor, na satisfação das suas necessidades na capacidade de fazer face a choques imprevistos, e salientou a importância da distinção clara entre componentes objetivas e subjetivas do bem-estar financeiro.

### 3.2.5 Infraestruturas

Ministério	MF
Representação técnica	GPEAR1
Representação política	N/A <sup>4</sup>

**Abordou infraestruturas resilientes ao clima, o papel das infraestruturas na redução da pobreza, mitigação dos riscos cambiais no financiamento de infraestruturas e desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças. Estas prioridades foram trabalhadas de forma transversal, com análises e recomendações baseadas em estudos de caso e colaborações internacionais.**

#### Agenda

- Desenvolver recomendações para infraestruturas resilientes ao clima.
- Elaborar um quadro analítico para avaliar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade de infraestruturas no combate à pobreza.
- Analisar estratégias para reduzir os riscos cambiais em projetos de infraestruturas.
- Compilar recomendações baseadas em estudos de caso para melhorar a conectividade e a cooperação entre países.

#### Resultados

- ① Relatório G20/OCDE sobre Infraestruturas Resilientes ao Clima: Abordagens para financiamento e investimento em projetos resilientes.
- ② Relatório G20/BM/BID sobre Infraestruturas e Redução da Pobreza: Políticas inovadoras para garantir acesso efetivo.

---

<sup>4</sup> Não ocorreu uma reunião a nível Ministerial específica para este GT. As matérias foram discutidas no contexto das reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20.

- ③ Relatório G20/GIF/FMI sobre Mitigação de Riscos Cambiais: Ferramentas e estratégias para apoiar projetos de infraestruturas em mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs).
- ④ Relatório G20/AIIB/BERD/BID sobre Infraestruturas Transfronteiriças: Quadro conceptual e estudos de caso ilustrativos.

### Contributos de Portugal

Portugal teve uma participação ativa e construtiva no grupo, com contributos provenientes de uma coordenação entre o Ministério das Finanças e, por vezes, a Secretaria-Geral do Ambiente e o Gabinete de Assessoria Técnica do Ministério das Infraestruturas e Habitação. Destacou a necessidade de avaliações de risco e integração da resiliência climática. Enfatizou a importância de estratégias setoriais (como a expansão de infraestruturas educacionais e de acesso à energia) para reduzir a pobreza. Defendeu o uso de instrumentos como financiamento em moeda local e *hedges* naturais. Partilhou a experiência com projetos conjuntos com Espanha e o cabo ótico submarino entre o Brasil e Portugal – *EllaLink* – o primeiro de alta capacidade a ligar os continentes Americano e Europeu. Realçou ainda a importância de acordos intergovernamentais e da mobilização de capitais privados para fortalecer a conectividade regional e a competitividade económica. Salientou também as iniciativas de reconversão de dívida com Cabo Verde reconhecendo, ainda assim, as limitações associadas a este instrumento.

### 3.2.6 Tributação Internacional

Ministério	IMF e MNE
Representação técnica	AT, GSEAF e Unidade G20
Representação política	Secretário de Estado do Orçamento Vice-Governadora do Banco de Portugal

**Não existe, na orgânica do G20, um grupo trabalho formal para a tributação internacional, mas existe um enfoque na matéria, seja nas reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 (e respetivos “deputies”), seja através de eventos específicos. Nas negociações das declarações, o tópico é parte integrante e fundamental, quando se atinge consenso, o que é particularmente complexo nesta área de soberania bem vincada. Discutiram-se progressos na implementação dos Pilares BEPS, padrões de beneficiários efetivos, tributação dos denominados “ultra-high-net-worth individuals” e a proposta de uma Convenção-Quadro da ONU para Cooperação Tributária Internacional. Foram ainda organizados dois eventos adicionais, sobre um limiar mínimo de tributação dos mais ricos e o “G20 International Taxation Symposium”.**

#### Agenda

- Progredir na implementação dos Pilares 1 e 2 do BEPS.
- Desenvolver padrões internacionais de beneficiários efetivos.
- Alinhar a tributação com os ODS e a ação climática.
- Apoiar a Convenção-Quadro da ONU para Cooperação Tributária Internacional.

#### Resultados

- I. Declaração Ministerial do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional: Documento histórico, aprovado em julho de 2024, que

consolidou consensos sobre progressividade fiscal e introduziu o tema da tributação dos denominados “ultra-ricos” na Agenda internacional.

2. Endosso da Declaração na Declaração de Líderes do Rio de Janeiro: Em novembro de 2024, os líderes do G20 reforçaram os compromissos estabelecidos na Declaração Ministerial, com foco na cooperação tributária inclusiva e eficaz.

### Contributos de Portugal

Portugal participou ativamente nas discussões sobre tributação internacional, contribuindo com perspetivas alinhadas com a União Europeia e iniciativas multilaterais. No ***G20 International Taxation Symposium***, Portugal interveio em temas como standards de beneficiários efetivos e futura Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional, apelando a um alinhamento entre esta iniciativa e os Pilares 1 e 2 do BEPS. Portugal realizou reuniões bilaterais com representantes do Ministério das Finanças da África do Sul, apresentando um non-paper, que propunha uma abordagem coordenada à Convenção-Quadro da ONU. Apesar de não ter sido formalizado, o tema foi sinalizado na Declaração de Líderes do G20. Na discussão sobre a Convenção-Quadro, Portugal sublinhou a necessidade de sinergias entre os fóruns internacionais existentes e apoiou referências à cooperação tributária inclusiva e eficaz, que foram refletidas no texto da Declaração de Líderes.





## 3.3 Task Forces Conjuntas

### 3.3.1 Task Force da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Ministério	MNE, CICL, MTSSS e MAGrip
Representação técnica	Unidade G20 e CICL
Representação política	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

**A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza visa formar uma parceria entre países com o objetivo de reunir recursos e conhecimentos para implementar políticas eficazes na redução da fome e da pobreza. Focada nos ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), a iniciativa não pretende estabelecer uma nova organização ou fundo de financiamento, mas sim contribuir para a concretização dos ODS até 2030.**

#### Agenda

- Desenvolvimento da estrutura institucional da Aliança e dos seus quatro Documentos Constitutivos:
  - i. *Documento Fundacional – “Unidos contra a Fome e a Pobreza”*
  - ii. *Modelo para a Declaração de Compromisso individual com a Aliança*
  - iii. *Termos de Referência e Marco de Governança*
  - iv. *Critérios para conformação da Cesta de Políticas Públicas da Aliança.*
- Mobilização de recursos para apoiar países em desenvolvimento.

#### Resultados

- ① Formalização da Aliança e aprovação de documentos institucionais.
- ② Criação de uma estrutura de governança internacional.

- ③ Apresentação de um non-paper de iniciativa nacional sobre como quebrar os ciclos intergeracionais de pobreza sobretudo entre os mais jovens, tendo constituído a base do contributo português para o *basket of policies* da Aliança.

### Contributos de Portugal

Portugal tornou-se membro fundador da Aliança, promovendo iniciativas como a Garantia para a Infância tendo dado nota dos seus contributos para o desenvolvimento internacional, apoiando programas que visam combater a fome e a pobreza. Comprometeu-se ainda a apoiar o Mecanismo de Suporte (Secretariado) da Aliança Global com uma contribuição anual de cerca de 10% do seu custo anual (300,000 USD até 2030). Portugal integra ainda o *Board of Champions* da Aliança<sup>5</sup> que corresponde a um grupo de representantes seniores de membros-chave da Aliança que guiam os trabalhos, contando com até 25 representantes de países membros (o *Board* tem dois Presidentes- Brasil e Noruega - e cinco Vice-Presidentes: Portugal, Reino Unido, China, Quênia e Qatar que compõem o seu núcleo).

---

<sup>5</sup> Para o *Board* interino foram nomeados como representantes Ricardo Vitória, Subdiretor Geral de Política Externa e como representante suplente João Bezerra da Silva, Chefe de Divisão G20 e Global Gateway.

### 3.3.2 Task Force para a Mobilização Global contra as Alterações Climáticas

Ministério	MNE, MAEn e MF
Representação técnica	Unidade G20, SG/MAEn, GPEARI/MF e BdP
Representação política	Reservada a membros efetivos G20 <sup>6</sup>

**Formação inédita da Presidência brasileira do G20, que uniu pela primeira vez as fileiras Sherpa e Finanças do G20 para promover a mobilização de recursos financeiros destinados ao combate às alterações climáticas. A Task Force teve como objetivo desbloquear o acesso a fundos climáticos, especialmente para países em desenvolvimento, e promover ações coordenadas para enfrentar os desafios climáticos globais.**

#### Agenda

- Mobilização de recursos financeiros para o combate às alterações climáticas.
- Facilitar o acesso aos fundos climáticos do G20, com um enfoque nos países em desenvolvimento.
- Integração de peritos em clima e finanças para alinhar esforços em matéria de ação climática.
- Exploração de soluções inovadoras para financiar a transição climática e energética.

#### Resultados

- ① Declaração ministerial de que se destaca a referência ao consenso dos EAU sobre a transição energética e um pico de emissões até 2025, com a ressalva de que *“noting that this does not imply peaking in all countries within this time frame”*.

---

<sup>6</sup> Reunião ministerial reservada a membros efetivos do G20 que teve lugar à margem das reuniões de outono do BM e FMI, participação de SubDG GPEARI na sala de escuta em Washington.

- ② Outcome document:
  - 1ª parte – *“G20’s call for accelerating 1.5°C-aligned climate and development country platforms & just transitions plans: supporting NDC implementation during this critical decade and beyond.”*
  - 2ª parte – *“The G20 5R agenda to make finance work for low-carbon and climate-resilient development.”*
- ③ Relatório do Grupo de Peritos: *“A Green and Just Planet”*.
- ④ Legado *“Daniel Machado da Fonseca – G20 climate-related references”*.

### Contributos de Portugal

Portugal sublinhou a importância de promover financiamento inclusivo e acessível para apoiar transições climáticas em países em desenvolvimento com enfoque nos SIDS e nos países de baixas emissões. Portugal também defendeu a necessidade de alinhar os esforços multilaterais com os ODS e as metas definidas no Acordo de Paris, destacando a sua experiência em políticas de descarbonização e financiamento verde, designadamente partilhando a sua experiência com o acordo de troca de dívida por investimento climático com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Sublinhou sistematicamente a necessidade de incluir linguagem relacionada com oceanos, tanto no “outcome document”, como na declaração ministerial, bem como na necessidade em reforçar a linguagem em matéria de mitigação, no sentido de dar ênfase à proteção dos ecossistemas marinhos. Portugal defendeu, ainda, a necessidade de aderir a uma abordagem “whole-of-government”, envolvendo todos os sectores, nomeadamente em termos de cooperação para o desenvolvimento, que foi integrado na versão final do “outcome document”.

### 3.3.3 Saúde e Finanças

Ministério	MF e MS
Representação técnica	GPEARI e SGMS
Representação política	Sub-DG GPEARI (em representação do MEF) <sup>7</sup>

**A Task Force Finanças e Saúde abordou os determinantes sociais de saúde, a conversão de dívida em investimentos no setor e o desenvolvimento de instrumentos para avaliar e responder a vulnerabilidades relacionadas com pandemias. Visou alinhar políticas financeiras e sanitárias para fortalecer a resiliência global.**

#### Agenda

- Avaliar indicadores relacionados com determinantes sociais de saúde.
- Discutir o potencial dos acordos de conversão de dívida em investimentos na saúde.
- Desenvolver um Quadro de Vulnerabilidades Sanitárias, Sociais e Económicas e um Manual Operacional de financiamento de resposta a pandemias.
- Preparar ações para emergências sanitárias, como o surto de *Mpox*.

#### Resultados

- ① A declaração conjunta dos Ministros das Finanças e da Saúde do G20 sobre a resposta ao *Mpox*.
- ② Nota do G20/Organização Mundial da Saúde sobre determinantes sociais de saúde.

---

<sup>7</sup>Na reunião ministerial a participação foi assegurada, do lado das Finanças, pela Dra. Paula Costa (Sub-DG do GPEARI), em representação do Ministro de Estado e das Finanças. Em representação da Saúde, a presença foi assegurada, em sala, pela Embaixada de Portugal no Brasil.

- ③ Nota da Presidência do G20 sobre conversão de dívida em investimentos na área da saúde.
- ④ Relatório global do G20/Organização Mundial da Saúde/Banco Mundial sobre o Quadro de Vulnerabilidades Sanitárias, Sociais e Económicas relacionadas com pandemias.
- ⑤ Manual Operacional do G20/Banco Mundial/Organização Mundial da Saúde relativo ao financiamento de resposta a pandemias.

### Contributos de Portugal

Portugal teve uma participação ativa e construtiva nesta *Task Force*, através de uma coordenação estreita entre o Ministério das Finanças e o Ministério da Saúde. Em particular, Portugal apresentou a suas posições, globalmente enquadradas nas principais posições da UE. Mais concretamente, Portugal apoiou os trabalhos no âmbito dos determinantes sociais da saúde, tendo defendido a importância de combater as desigualdades económicas com vista ao melhoramento sustentável dos níveis de saúde das populações. Sobre as questões relativas à conversão de dívida em investimentos na área da saúde, Portugal destacou-se no apoio a estas iniciativas, reconhecendo, ainda assim, as limitações associadas a este instrumento. Portugal manifestou também, reiteradamente, o seu apoio relativamente aos trabalhos em torno da finalização do Quadro de Vulnerabilidades Sanitárias, Sociais e Económicas relacionados com pandemias e do desenvolvimento e do Manual Operacional relativo ao financiamento da resposta a pandemias, tendo considerado estas ferramentas instrumentos chave na preparação para emergências sanitárias, salientando a sua relevância, no imediato, para fazer face ao surto de *Mpox*. Portugal reafirmou ainda o seu empenhamento numa resposta global e concertada de combate ao *Mpox*, tendo apoiado todos os esforços da *Task Force* para contribuir para a resposta a esta crise.





### 3.4 Iniciativa sobre Bioeconomia

Ministério	MAEn e MNE
Representação técnica	SG/MAEn e Unidade G20
Representação política	N/A <sup>8</sup>

**A Iniciativa sobre Bioeconomia do G20 foi uma proposta da Presidência brasileira, que reconheceu o papel crucial da bioeconomia como uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável, combater as alterações climáticas e impulsionar economias resilientes. A iniciativa procurou alinhar esforços globais para aproveitar o potencial da bioeconomia, integrando ciência, inovação e práticas sustentáveis nos processos económicos.**

#### Agenda

- Valorização dos recursos biológicos para promover cadeias produtivas sustentáveis.
- Incentivo à inovação tecnológica para transformar resíduos em recursos economicamente viáveis.
- Promoção da conservação da biodiversidade e uso sustentável dos ecossistemas.
- Inclusão de comunidades locais e povos indígenas no desenvolvimento de soluções bioeconómicas.

#### Resultados

- ① Relatório sobre o Potencial da Bioeconomia nos Países do G20: Documento que identifica oportunidades e desafios para o crescimento da bioeconomia, com foco em inovação e sustentabilidade.

---

<sup>8</sup> Não houve reunião ministerial no fluxo de trabalhos desta iniciativa, tendo a Carta de Princípios de Alto-Nível sobre Bioeconomia sido apresentada ao nível de peritos.

- ② Recomendações para a Integração da Bioeconomia em Políticas Nacionais: Orientações para que os países membros alinhem as suas estratégias de bioeconomia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- ③ Parágrafo na Declaração Final do G20: Compromisso de promover a bioeconomia como um motor de desenvolvimento sustentável, com ênfase em inovação, inclusão social e preservação ambiental.

### Contributos de Portugal

Portugal destacou a sua experiência no desenvolvimento de políticas bioeconómicas, como a valorização de subprodutos da agricultura e pescas e a promoção de biotecnologias para fins industriais. O país sublinhou a importância de integrar comunidades locais em projetos de bioeconomia, partilhando exemplos de sucesso na gestão sustentável de recursos marinhos e florestais. Portugal também contribuiu para as discussões com propostas de integração de soluções bioeconómicas nas cadeias globais de valor e na transição energética, enfatizando o alinhamento com os princípios da economia circular. Conseguiu, ainda, contribuir para o conteúdo final da **Carta de Princípios**, nomeadamente i) a necessidade de assegurar a segurança alimentar, em particular no desenvolvimento da bioeconomia, ii) as referências a trabalho digno e à criação de valor local, e iii) a capacidade de a bioeconomia contribuir para a melhoria do bem-estar, saúde e qualidade de vida.

### Eventos à margem

Apresentação da iniciativa portuguesa TWINLABS e LifeEverywhere pelo Diretor do Laboratório Público BIOPOLIS, Professor Doutor Nuno Ferrand, que expôs o trabalho de investigação cruzada e partilha de conhecimento Norte-Sul-Sul desenvolvido pelo BIOPOLIS.






## 4. Ministerial de Finanças

Num contexto marcado por tensões e incertezas geopolíticas, níveis elevados de dívida e continuação do processo de desinflação, as quatro reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 consistiram num esforço conjunto para reforçar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo e acelerar reformas estruturais e investimentos que respondam aos principais desafios globais. Iniciadas em fevereiro de 2024, as discussões evoluíram progressivamente ao longo das sessões subsequentes, procurando equilibrar prioridades de estabilidade monetária e orçamental com a necessidade de acelerar a transição climática e promover um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Os trabalhos relativos à economia global procuraram desde logo evidenciar a importância de coordenar políticas orçamentais e monetárias de forma equilibrada, tendo em vista manter a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade de preços e salvaguardar a solidez dos mercados financeiros. Os Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais sublinharam a necessidade de calibrar cuidadosamente estas políticas, tomando em consideração as especificidades de cada economia, de modo a sustentar a recuperação económica e a preservar a estabilidade macroeconómica global. Ainda assim, e apesar de ter sido reconhecida a resiliência da economia global, reconheceram a elevada incerteza bem como os riscos associados às perspetivas económicas globais.

Outro ponto de destaque foi a aprovação do Roteiro ***“Better, Bigger, and More Effective MDBs”***, que reflete o consenso sobre a necessidade de aperfeiçoar o desempenho dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e de reforçar a



colaboração destes com governos nacionais, bancos de desenvolvimento regionais e o setor privado. A importância da ação climática ocupou um lugar relevante na agenda, tendo sido reiterada a expectativa de que os BMDs canalizem recursos para investimentos prioritários em países emergentes e em desenvolvimento. Esta abordagem visou não apenas fomentar o crescimento sustentável, mas também fortalecer a capacidade de resposta coletiva a riscos sistêmicos de ordem ambiental.

Relativamente à arquitetura financeira internacional, as reuniões identificaram a necessidade de reforçar a governação das Instituições Financeiras Internacionais, em particular através da promoção de uma maior representatividade dos países em desenvolvimento. Simultaneamente, foi reconhecida a urgência de aprimorar os mecanismos de apoio a situações de vulnerabilidades de dívida soberana, nomeadamente através da *Common Framework*, explorando também estratégias inovadoras, ainda que com pouco potencial, como a troca de dívida por investimentos de natureza climática ou social.

No domínio tributário, destacou-se a relevância de concluir as negociações dos Pilares 1 e 2 do Quadro Inclusivo BEPS (OCDE/G20), com a tributação mínima global e a revisão das regras de alocação de lucros das empresas multinacionais a assumirem particular importância. Também é de assinalar o debate sobre a tributação dos denominados “ultra-ricos”, tema que, apesar de controverso, gerou consensos quanto à pertinência de reforçar a cooperação tributária e de combater práticas de evasão e elisão fiscais, ainda que persistam divergências quanto à forma de implementar medidas adicionais dirigidas a indivíduos de património elevado. Não obstante essas diferenças, subsistiu uma convergência na necessidade de adotar instrumentos mais eficazes de anti-elisão fiscal, atenuando as desigualdades e promovendo a justiça fiscal num contexto de crescente mobilidade de capitais.


Importa ainda referir o enfoque no financiamento sustentável e inclusivo, entendido como eixo de convergência entre transição climática, inclusão social e transformação digital. Além de sublinharem a premente necessidade de mobilizar recursos para a transição energética, foram partilhados exemplos de instrumentos de *blended finance* capazes de alavancar capital privado em apoio de projetos com impacto social e ambiental positivo. Esse esforço complementa as prioridades em matéria de ação climática, procurando garantir que os fluxos financeiros internacionais respondam simultaneamente às metas de descarbonização e à redução de vulnerabilidades sociais.

Foi reiterado o compromisso em promover um sistema financeiro resiliente, que apoie o crescimento económico, consistente com padrões internacionais e coordenação de políticas. Neste sentido foi apoiado o trabalho de várias instituições e fóruns internacionais, em áreas como inovação digital, cripto-ativos e sistemas de pagamentos.

Finalmente, as discussões evidenciaram a consciência comum acerca da importância de políticas de inclusão financeira que proporcionem acesso equitativo a serviços bancários e de crédito, sobretudo para as micro, pequenas e médias empresas e para as comunidades mais frágeis. Reconheceu-se o contributo dos Bancos Centrais e dos Ministérios das Finanças na criação de quadros regulatórios equilibrados, que incentivem a inovação financeira ao mesmo tempo que atenuem riscos de endividamento excessivo e de exclusão de segmentos populacionais vulneráveis.

### Posição Nacional

Quanto à economia global, Portugal reconheceu a sua resiliência apesar da forte incerteza e dos riscos elevados para as perspetivas económicas, nomeadamente no que concerne às tensões geopolíticas tendo reconhecido a importância de garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Apoiou também o Roteiro *“Better, Bigger, and More Effective MDBs”* tendo sinalizado a importância da mobilização de capital privado e de recursos domésticos para aumentar a capacidade financeira dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento bem como a implementação das recomendações relativas ao enquadramento da adequação dos fundos próprios. Também reconheceu a necessidade de aumentar a representatividade nas Instituições Financeiras Internacionais realçando, ainda assim, que estas decisões, bem como as questões de governação, deverão ser tomadas pelos respetivos Conselhos de Administração. No que concerne às discussões relativas aos níveis de dívida dos países em desenvolvimento, Portugal partilhou a sua experiência quanto à **iniciativa de reconversão de dívida** com Cabo Verde. Portugal acolheu positivamente a reflexão sobre modelos de **tributação mais justa e progressiva**, tendo sublinhado a importância da **cooperação internacional** e da capacitação das administrações fiscais para enfrentar a evasão e a fraude a nível global. Paralelamente, destacou a necessidade de assegurar flexibilidade para que cada Estado possa adaptar as políticas tributárias às suas realidades, sem comprometer a convergência de esforços multilaterais. No setor financeiro, para além do apoio à necessidade de cooperação internacional em vários domínios, atenta a integração dos sistemas financeiros e novos



desafios comuns, apoiou o enfoque dado pela Presidência à inclusão financeira, incluindo os trabalhos relacionados com a definição e medição de bem-estar financeiro.





## 5. Ministerial de Negócios Estrangeiros

As duas reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros do G20 realizadas sob a Presidência brasileira constituíram marcos relevantes no processo de reflexão e de reforma da governação global, evidenciando a determinação do Brasil em conferir à dimensão diplomática deste fórum um carácter mais inclusivo e representativo.

A primeira ministerial foi dedicada ao debate sobre questões geopolíticas, incluindo a agressão russa contra a Ucrânia e a crise em Gaza, bem como a existência de conflitos ou crises humanitárias graves noutros pontos do globo, refletindo uma agenda alargada de preocupações políticas e humanitárias.

A segunda reunião, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, distinguiu-se por abrir espaço de intervenção a todos os membros da ONU, uma inovação introduzida pela Presidência brasileira. Nesta ministerial foi aprovado o documento ***“Call to Action on Global Governance Reform”***, subscrito por vários países (incluindo Portugal), com propostas de reforma dirigidas às instituições que compõem o cerne da governação internacional. O documento visa reforçar e atualizar o sistema de governação global perante desafios transnacionais cada vez mais complexos e tornar mais eficazes as instituições multilaterais, com enfoque particular nas Nações Unidas, no próprio G20 e nas organizações financeiras internacionais, cuja estrutura e funcionamento devem ser revistos para refletir melhor as realidades do século XXI. Por um lado, é proposta uma abordagem mais flexível e inclusiva, que reconheça o peso crescente das economias emergentes e das nações em desenvolvimento, garantindo uma distribuição mais equitativa de financiamento e apoio técnico. Por outro lado, destaca-se a necessidade de tornar os processos de decisão no âmbito da governação mundial mais transparentes, de modo a que as medidas adotadas

sejam efetivamente aplicadas pelos vários Estados-membros. Neste contexto, apela-se a uma maior participação de partes interessadas relevantes, nomeadamente o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais, por forma a reforçar a legitimidade das políticas e promover resultados mais eficazes. A coordenação reforçada entre as Nações Unidas, o G20, as instituições financeiras internacionais e outras organizações especializadas, como a OMS ou a OMC, é igualmente apontada como essencial para evitar sobreposição de esforços e assegurar respostas rápidas e conjuntas em cenários de crise.

Outro aspeto central do “*Call to Action*” é a abordagem às questões transversais que afetam o desenvolvimento sustentável, tais como a transição energética, o combate às alterações climáticas, a segurança alimentar e a igualdade de género. O “*Call to Action*” procura ainda complementar o “Pacto para o Futuro” do Secretário-Geral das Nações Unidas, iniciativa integrante da agenda “Our Common Agenda”, ao defender que a reforma das instituições e dos processos de governação global, sustentada por uma cooperação alargada e inclusiva, é imprescindível para atingir as metas definidas na Agenda 2030. As discussões refletiram esses objetivos e incidiram, essencialmente, na necessidade de revitalizar o sistema multilateral, com a ONU no centro, incluindo um forte apelo à inclusão de África e da América Latina na tomada de decisões globais e ao fortalecimento da governação internacional em domínios como a inteligência artificial.

### Posição Nacional

Portugal reiterou a condenação da agressão russa contra a Ucrânia, bem como a necessidade de **respeito pelo direito humanitário internacional e pelos direitos humanos**, designadamente na Faixa de Gaza, bem como aos desafios com que se confronta o continente africano. Aderiu ao referido “*Call to Action*”, tendo ainda defendido a necessidade de reformar o CSNU, para o tornar mais consentâneo com o mundo hodierno, bem como possíveis limitações ao direito de veto para tornar o Conselho mais ágil e eficaz. Sublinhou, também, a relevância de reformar as instituições de Bretton Woods e a OMC, adequando-as aos desafios atuais. Destacou igualmente a proposta de **reconhecimento da língua portuguesa como língua oficial das Nações Unidas**, sustentando a dimensão global do seu uso.



CIMEIRA DE LÍDERES


## 6. Cimeira de Líderes

A XIX Cimeira de Líderes do G20, sob o lema “**Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável**”, realizou-se nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, Brasil. Participaram ao mais alto nível os representantes de todos os Estados-membros do G20, com exceção do Presidente da Federação Russa e do Primeiro-Ministro e Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita, que se fizeram representar pelos seus Ministros dos Negócios Estrangeiros. Além de Portugal, enquanto país convidado da Presidência brasileira, estiveram igualmente presentes, a nível de Chefe de Estado e/ou de Governo, Angola, Egipto, Nigéria, Noruega, Singapura, Espanha e Emirados Árabes Unidos, bem como os líderes dos países convidados especificamente para a Cimeira: Bolívia, Chile, Colômbia, Malásia, Moçambique, Paraguai, Catar, Tanzânia, Uruguai e Vietname. A estas participações juntaram-se ainda os líderes de 15 organizações internacionais, incluindo o Secretário-Geral das Nações Unidas, a Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu.

Durante a Cimeira, foi formalmente lançada a **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, o principal resultado da Presidência brasileira do G20. A Aliança conta com mais de 180 membros fundadores (entre os quais mais de 90 países), incluindo Portugal, a União Europeia, a União Africana, 25 organizações internacionais, 10 instituições financeiras internacionais e dezenas de entidades filantrópicas e não-governamentais. Este mecanismo visa dinamizar esforços globais para erradicar a fome e a pobreza até 2030. Portugal integra o *Board of Champions* da Aliança, assumindo um papel ativo no seu desenvolvimento.

A Cimeira foi precedida de intensas negociações preparatórias, conduzidas pelas equipas Sherpa, primeiro em múltiplas reuniões por videoconferência, e depois, entre 12 e 15 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Graças à convergência de vários países mobilizados por Portugal, foi possível assegurar a inclusão de uma referência explícita ao papel dos oceanos na regulação climática. Esta menção enfatiza a importância de acelerar a entrada em vigor do Acordo BBNJ (Tratado do Alto Mar) e de concluir as negociações sobre um Acordo relativo aos plásticos.

**O Senhor Primeiro-Ministro interveio em duas ocasiões: na sessão dedicada à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, e na sessão sobre Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética. Cumpre destacar o apreço pela liderança do Brasil, salientando a adesão de Portugal como membro fundador da Aliança, o compromisso nacional de suportar 10% dos custos operacionais do seu mecanismo de apoio até 2030, e a disponibilidade para partilhar experiências nacionais em setores fundamentais como educação, saúde e segurança alimentar, com particular atenção aos países africanos mais vulneráveis.**



Concluída a Presidência brasileira, desde 1 de dezembro de 2024 que a liderança do G20 está a cargo da África do Sul, que acolhe a próxima Cimeira em Joanesburgo em novembro de 2025, com o lema **“Solidariedade, Igualdade, Sustentabilidade”**.

O fim da Presidência sul-africana marca também o fecho do primeiro ciclo completo de presidências rotativas do G20, momento em que serão analisadas questões institucionais sobre o funcionamento futuro do grupo, na ausência de regras de procedimento formalizadas. A Presidência seguinte, em 2026, caberá aos Estados Unidos.



## NON-PAPERS



## 7. Non-Papers

Durante a participação de Portugal no G20, a Unidade G20, em parceria com diversas áreas da AP, desenvolveu uma série de documentos estratégicos ou de projeção de influência/posição sob a forma de non-papers. Estes documentos procuraram refletir áreas em que Portugal se destaca, procurando dar visibilidade às mesmas. A intenção principal foi a de circulação de alguns destes non-papers em coassinatura com um membro G20.

### Apresentados

- ① **“Breaking the Cycle of Intergenerational Poverty – ChildrenFirst”**: desenvolvido na Unidade G20, foi apresentado por Portugal e o México, tendo constituído uma contribuição valiosa para a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Este documento aborda as causas multidimensionais da pobreza, destacando o impacto significativo da pobreza infantil no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Através de políticas públicas bem desenhadas e financiadas, propõe-se garantir o acesso universal de crianças e jovens a direitos fundamentais como a educação, saúde, nutrição, proteção social e habitação, promovendo a igualdade de oportunidades. Este non-paper visa orientar esforços globais para quebrar os ciclos de pobreza intergeracional e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 1 e 2. Foi instrumental para garantir a visibilidade das políticas públicas de Portugal no combate contra a pobreza sobretudo entre os mais jovens e para que Portugal possa ter presença nas estruturas governativas da Aliança. Foi também a base para o contributo de Portugal para o *basket of policies* da Aliança e a partilha de *know-how* nesta matéria constituiu o contributo de Portugal para o *Sprint 2030*.
- ② **“Trilateral Cooperation - Leveraging Global Partnerships for Sustainable Development”** (TrC): desenvolvido pelo CICL, em conjunto com a Unidade G20, que o negociou com a Turquia, foi apresentado juntamente com este país aos membros do G20 e propõe um modelo de colaboração internacional que envolve múltiplos atores com diferentes papéis – beneficiário, parceiro central e facilitador – para promover o desenvolvimento sustentável. Este documento destaca a capacidade da TrC em superar dinâmicas tradicionais de ajuda internacional, promovendo parcerias equitativas e aprendizado mútuo. Através de exemplos concretos, como os projetos implementados em países menos desenvolvidos, propõe-se uma maior adoção deste modelo pelo G20, de

modo a impulsionar estratégias globais de desenvolvimento sustentável e inclusão. A presente iniciativa também é o reflexo da experiência adquirida por Portugal enquanto país organizador, em parceria com a OCDE, da única Conferência Internacional anual exclusivamente dedicada à modalidade de parceria para o desenvolvimento denominada “Cooperação Trilateral”, realizada em Lisboa. A última edição deste evento teve lugar no dia 7 de outubro de 2024 na sede da Fundação Calouste Gulbenkian.

- ③ **“Debt-for-Climate Swap: A Strategic Tool for Sustainable Development and Climate Resilience”**: elaborado na Unidade G20 (em conjunto com GPEARI/MF e SG/MAEn) e inspirado pela experiência portuguesa do modelo da troca de dívida por investimento climático entre Portugal e Cabo Verde, o non-paper apresenta uma proposta de abordagem inovadora com potencial de replicação noutros países africanos. Foi alvo de muito interesse pelos delegados de outros países, tendo sido endossado pela União Africana. Está apto a poder ser apresentado conjuntamente com a União Africana no âmbito do GT Desenvolvimento durante a presidência sul-africana, bem como a poder ser utilizado para ações conjuntas (em particular side events) sobre tema à margem de eventos multilaterais relevantes.
  
- ④ **“IDA21: A Call for More Commitments Against Poverty and Hunger”**: à exceção de todos os outros que foram iniciados pelo nosso lado, este documento foi preparado pela Presidência brasileira, e apresentado na Fileira Finanças à representante nacional ao IDA/BM (Associação Internacional para o Desenvolvimento do BM), com o objetivo de estabelecer uma colaboração entre o IDA21 e a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, nomeadamente no sentido de alinhar recursos internacionais e ampliar políticas públicas eficazes lideradas pelos países para alcançar os ODS 1 e 2 até 2030. O paper recomenda priorizar sistemas alimentares inclusivos e programas de proteção social para populações vulneráveis, garantindo acesso universal a alimentos saudáveis e promovendo sustentabilidade no combate à pobreza e à fome. Foi coassinado desde logo pelo Brasil e por Portugal, mas também pelos seguintes países: Benin, Burundi, Etiópia, Gana, Haiti, Arábia Saudita, Madagáscar, Nicarágua, Paquistão, África do Sul, Espanha, Gâmbia e Reino Unido.

## Outros documentos relevantes

- ⑤ ***“Humane and pragmatic approaches towards drug policy and the challenges ahead”***: foi desenvolvido pela Unidade G20 com base na experiência de Portugal, que propõe uma abordagem humanista e pragmática no combate às drogas. Destaca o modelo português focado na saúde pública e na redução de danos, como um exemplo de sucesso. Além disso, aborda os desafios emergentes das novas substâncias psicoativas como o fentanil, propondo cooperação internacional, melhor monitorização e políticas baseadas em dados. Procurou sensibilizar a África do Sul e os EUA a, respetivamente, nas suas presidências do G20, darem enfoque ao problema mundial da droga sob o ângulo Saúde, no correspondente Grupo de Trabalho do G20.
  
- ⑥ ***“A Global Coalition for Better Policies and Regulation of Water and Sanitation Services: Boosting better policies and regulation of water and sanitation services for All”***: sublinha a necessidade urgente de fortalecer a governança neste setor para cumprir o ODS 6. Baseando-se no sucesso do programa RegWAS LAC, prossegue com o desenvolvimento da coligação internacional, lançada em março de 2023 nas Nações Unidas, que promove boas práticas regulatórias, formação de capacidades e incentivos para avanços regulatórios. Este documento procura mobilizar apoio global para garantir serviços de água e saneamento acessíveis, inclusivos e sustentáveis. Ajudou a concitar apoios a esta coligação global, que é implicitamente referida na “Declaração Ministerial de Desenvolvimento do G20 para Reduzir as Desigualdades”.
  
- ⑦ ***“G20 Calls for Ocean’s Action”***: desenvolvido pela Unidade G20 com os serviços da DGPE, aborda a crise global dos oceanos, propondo ações concretas para proteger os ecossistemas marinhos e promover uma economia azul sustentável. Entre as iniciativas propostas estão a criação de áreas marinhas protegidas, a ratificação do Tratado BBNJ para a conservação da biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional, e o combate à poluição marinha. Este documento reforça a importância dos oceanos para a biodiversidade, regulação climática e desenvolvimento económico, apelando à ação coordenada no âmbito do G20. Foi apresentado a vários países, em particular Austrália, com quem em conjunto com um grupo de países *likeminded*, foi possível incluir uma referência ao papel dos oceanos na regulação climática (*vide supra* ponto sobre oceanos no capítulo 6 sobre Cimeira de Líderes).

- 
- ⑧ ***“Enhancing Bioeconomy and Sustainable Development through International Collaboration: insights from the TWINLABs Initiative”***: incide sobre a iniciativa portuguesa TWINLABs descrevendo uma rede de cooperação científica liderada por Portugal para fomentar a bioeconomia e o desenvolvimento sustentável que conta já com resultados positivos em países como Angola e África do Sul. A iniciativa promove parcerias entre instituições de investigação científica e ensino superior em regiões como África e Médio Oriente. Este non-paper serviu para promover a nossa participação e deu lugar a uma apresentação sobre a iniciativa TwinLabs na reunião onde foram adotados os princípios de Alto-Nível sobre a Bioeconomia. Tendo em conta a extensão a várias partes do mundo, é uma iniciativa a ser desenvolvida também no âmbito da contribuição portuguesa para a Estratégia Global Gateway da UE.
- ⑨ ***“Towards a United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation”***: elaborado pela AT e Unidade G20, em estreita cooperação com GSEAF, este non-paper aborda a proposta de criação de uma Convenção-Quadro da ONU para a Cooperação Internacional em Matéria Fiscal, que é tema controvertido, dada resistência inicial países OCDE. Tendo em conta a aprovação em sede das Nações Unidas do *kick-off* do processo, apoio generalizado do Sul Plural e espírito multilateralista nacional, bem como defesa dos nossos interesses, considerámos importante elaborar uma posição que defenda os mecanismos já existentes (máxime em sede OCDE), mas que ao mesmo tempo permita avançar com esta iniciativa de cooperação internacional em matéria tributária. O documento apelava ao apoio do G20 para liderar esta iniciativa, promovendo a transparência e um sistema de justiça fiscal equitativo e inclusivo para combater a desigualdade, mobilizar recursos para os ODS e fortalecer o multilateralismo. Este documento ajudou a balizar a posição de Portugal como apoiante da nova Convenção das Nações Unidas, com os referidos *caveats*, tendo motivado intervenções nesse sentido no *Tax Symposium do G20*.



CONCLUSÃO



## 8. Conclusão

A participação de Portugal no G20, sob a Presidência brasileira, representou um exercício inédito e complexo de integração num fórum global, cujo funcionamento se distingue pela ausência de secretariado permanente e pelas exigências negociais resultantes da diversidade de atores (praticamente todas as potências globais e regionais) e agendas. A necessidade de articular prioridades nacionais e orientações estratégicas com um conjunto alargado de temáticas, num ambiente pautado por tensões geopolíticas e crises internacionais, constituiu um desafio acrescido.

Os resultados alcançados evidenciam a eficácia da abordagem seguida. Do ponto de vista substantivo, Portugal contribuiu para a inclusão de prioridades nacionais em documentos-chave, do reforço da cooperação triangular ao papel das políticas públicas para a infância, tendo em vista quebrar ciclos intergeracionais de pobreza à proteção dos oceanos e à promoção da bioeconomia, da transição energética e da proteção climática, ao apoio e partilha de experiência das iniciativas de reconversão de dívida, à reforma do comércio multilateral e à inovação nos domínios da saúde, educação e energia. Esta inserção coerente de interesses e propostas refletiu a capacidade de Portugal agir como um parceiro construtivo, oferecendo soluções técnicas, conhecimento especializado e experiências nacionais bem-sucedidas.

No plano operacional, a criação de uma unidade específica para acompanhar o G20, apoiada por pontos focais interministeriais e canais de comunicação diretos com as representações diplomáticas, provou ser uma solução organizacional eficaz, permitindo um fluxo de informação contínuo, a articulação célere de posições e a representação constante, mesmo perante uma agenda com mais de uma centena de reuniões. A capacidade de coordenação interna demonstrada, aliada à preparação técnica das delegações portuguesas, traduziu-se em ganhos de credibilidade e influência.

Esta experiência fornece, assim, um quadro de referência para futuras participações em fóruns internacionais que exijam mecanismos de coordenação expeditos. O modelo colaborativo, orientado para resultados, demonstrou ser escalável e adaptável, consolidando competências e procedimentos que poderão ser aproveitados em contextos multilaterais distintos, sempre que for necessário assegurar visibilidade, coerência e impacto à política externa nacional em matérias complexas e multidisciplinares.





ANEXOS





## **9. Anexos**

**Carta-Convite do Presidente da República Federativa do Brasil ao Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa para participar na Cimeira do G20**

**Declaração de Líderes do G20, Rio de Janeiro de 2024**